

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A MAXIMIZAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DE MOÇAMBIQUE:

O CASO DA PROVÍNCIA DE INHAMBANE

CADERNO DE INTERVENÇÕES E DEBATES
NO 48.º CONSELHO CONSULTIVO
DO BANCO DE MOÇAMBIQUE

INHAMBANE, 3 DE NOVEMBRO DE 2023

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A MAXIMIZAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DE MOÇAMBIQUE:

O CASO DA PROVÍNCIA DE INHAMBANE

CADERNO DE INTERVENÇÕES E DEBATES
NO 48.º CONSELHO CONSULTIVO
DO BANCO DE MOÇAMBIQUE

ÍNDICE GERAL

Nota Introdutória	i
Discurso de Abertura: Banco de Moçambique.....	ii
Notas de Boas-Vindas: Governo Provincial de Inhambane.....	vi
Nota de Boas-Vindas: Conselho Municipal da Cidade de Inhambane.....	ix
Desafios e Oportunidades para a Maximização do Potencial Turístico de Moçambique: O Caso da Província de Inhambane	xiii

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Moçambique (BM) realizou, entre os dias 1 e 3 de Novembro de 2023, na cidade de Inhambane, província de Inhambane, o seu 48.º Conselho Consultivo (48.º CCBM). Como tem sido habitual, o mesmo foi dividido em duas partes, tendo a primeira, que ocupou os primeiros dois dias dos trabalhos, sido dedicada a debate sobre assuntos internos da instituição.

A segunda parte, decorrida no terceiro dia, em sessão aberta ao público, foi dedicada à apresentação dos resultados de uma investigação sob o tema “**Desafios e Oportunidades para a Maximização do Potencial Turístico em Moçambique: o Caso da Província de Inhambane**”. O objectivo do evento aberto ao público era contribuir no debate sobre como maximizar os benefícios resultantes da exploração das potencialidades turísticas existentes, com ênfase na contribuição socioeconómica para o país em geral, e para a província de Inhambane em particular.

Refira-se que é prática o BM trazer a debate público, no terceiro dia do Conselho Consultivo, questões relevantes para a economia da província hospedeira do mesmo, sobretudo as ligadas a sectores com impacto significativo no crescimento e desenvolvimento socioeconómico.

Sob presidência de S. Ex.^a o Governador do BM, participaram no evento aberto ao público convidados internos e externos, destacando-se, entre os convidados externos, o representante de S. Ex.^a o Governador da Província de Inhambane, o Exmo. Senhor Presidente do Município da Cidade de Inhambane, gestores de topo de instituições de crédito e sociedades financeiras e os *stakeholders* da indústria do turismo.

O presente caderno constitui uma colectânea das intervenções e dos debates havidos em volta do tema. O mesmo inclui: (i) o discurso de abertura proferido por S. Ex.^a o Governador do BM; (ii) as notas de boas-vindas proferidas pelo representante de S. Ex.^a o Governador da Província de Inhambane e pelo Exmo. Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane; (iii) os resultados do estudo, apresentados pelo Director do Departamento de Estudos Económicos do BM; (iv) o resumo das intervenções dos convidados, durante a sessão de debate; e (v) as notas finais, proferidas por S. Ex.^a o Governador do BM, que resumem as conclusões e recomendações do evento.

DISCURSO DE ABERTURA:
BANCO DE MOÇAMBIQUE

Sua Excelência o Governador do BM
Rogério Lucas Zandamela

Senhor Governador da Província de Inhambane, Excelência,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane,

Senhores Antigos Governadores do Banco de Moçambique, Excelências

Senhor Antigo Vice-Governador do Banco de Moçambique, Excelência

Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho de Administração do Banco de Moçambique,

Excelentíssimos Senhores Antigos Administradores do Banco de Moçambique,

Excelentíssimos Senhores Representantes das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras,

Estimados Assessores, Gestores e trabalhadores,

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Muito bom dia!

Em nome do Conselho de Administração do Banco de Moçambique e em meu nome, agradeço a todos pela presença nesta sessão pública do quadragésimo oitavo Conselho Consultivo do Banco de Moçambique.

Gostaria de endereçar um agradecimento especial às autoridades da província de Inhambane e a todos os munícipes desta urbe, pela colaboração na organização deste evento e pela excelente hospitalidade.

Permitam-me ainda endereçar os nossos agradecimentos à Comissão Organizadora do evento e a todos aqueles que de forma incansável, deram o seu contributo para que este evento fosse uma realidade.

Minhas Senhoras

Meus Senhores,

Durante os dois dias da nossa estadia em Inhambane, tivemos a oportunidade de efectuar visitas a alguns empreendimentos económicos locais, com destaque para a fábrica

DADTCO Mandioca Moçambique, Credê Mozambique e Poelela Fisheries unidades fabris que se dedicam à produção de diversos bens que são maioritariamente exportados e uma parte é comercializada no mercado interno.

Não obstante o impacto negativo dos choques climáticos e outros desafios enfrentados por aquelas unidades produtivas, testemunhamos com agrado o contributo delas na criação de emprego e na geração de rendimentos para as comunidades locais, e para a província de Inhambane em geral.

Ainda no decurso do quadragésimo oitavo Conselho Consultivo, o Banco de Moçambique apoiou duas iniciativas locais, no âmbito da sua política de responsabilidade social corporativa.

É neste contexto que os centros de acolhimento **Laura Vicuña** e **Carolyn Belsh** beneficiaram de apoio financeiro para que possam efectuar algumas obras de melhoria das infra-estruturas e apetrechamento com diversos bens.

Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

Mantendo a tradição dos anos anteriores, reservamos o terceiro e último dia do nosso Conselho Consultivo para uma reflexão com o público sobre um tema de interesse para a economia nacional, mas que seja relevante para o desenvolvimento das comunidades locais das províncias hospedeiras do Conselho Consultivo.

Para este ano, elegemos o tema **“Desafios e Oportunidades para a Maximização do Potencial Turístico de Moçambique: O caso da Província de Inhambane”**.

Este tema foi escolhido em reconhecimento do elevado potencial turístico que o país, em geral, e a província de Inhambane, em particular, apresenta, mas que, no entanto, o seu contributo para a economia, através de geração de emprego digno para as famílias, negócios ao longo da cadeia de valor, receitas para o Estado e divisas para o apoio a Balança de Pagamentos, ainda é bastante limitado.

A título de exemplo, a província de Inhambane, com uma extensão territorial de cerca de 68 775 quilómetros quadrados, em 2019 o sector do turismo nesta província empregava cerca de 7519 pessoas, um número inferior ao registado no Arquipélago de Zanzibar que, com uma extensão territorial de 2654 quilómetros quadrados, no mesmo ano, empregava cerca de 22 000 pessoas.

O estudo menciona o fraco nível de desenvolvimento de infra-estruturas, a falta de diversificação dos mercados emissores, a não priorização efectiva do sector e a ausência de

uma estratégia de *marketing* funcional, como sendo os principais factores que inibem a maximização do potencial turístico existente na província.

É nossa expectativa que possamos colher contribuições valiosas e extrair lições importantes das discussões que se seguirão à apresentação do documento, sobre opções de política que melhor ajudem a maximizar o potencial turístico, em toda a sua cadeia de valor, da província de Inhambane, e do país, em geral.

Acreditamos que a materialização das recomendações saídas do estudo e das discussões, poderão ser úteis para melhorar a contribuição sectorial do turismo e outros sectores afins no produto interno bruto, impulsionando, assim, o crescimento da nossa economia, em direcção ao seu nível potencial, no médio e longo prazos.

Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

Antes de terminar, gostaria de reiterar os nossos agradecimentos ao Governo da Província de Inhambane e aos munícipes desta urbe pelo acolhimento e hospitalidade durante o nosso Conselho Consultivo.

Termino a minha intervenção renovando os votos de boas-vindas a todos os participantes, na esperança de que tenhamos um debate construtivo e profícuo.

Declaro, assim, aberta a sessão pública do quadragésimo oitavo Conselho Consultivo do Banco de Moçambique.

Muito obrigado!

NOTA DE BOAS-VINDAS:
GOVERNO PROVINCIAL DE INHAMBANE

Sua Excelência o Governador da Província de Inhambane
Daniel Francisco Chapo

Apresentado pelo Exmo. Director Provincial de Cultura e Turismo de Inhambane
Emídio Samuel Nhantumbo

Senhor Governador do Banco de Moçambique, Excelência

Senhor Secretário de Estado na Província de Inhambane, Excelência

Senhores Administradores do Banco de Moçambique,

Senhores Directores das Filiais do Banco de Moçambique nas Províncias,

Senhores Gestores dos Bancos Comerciais ao Nível do País,

Senhor Administrador do Distrito de Inhambane,

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane,

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Permitam-me que em nome de Sua Excelência Daniel Francisco Chapo, Governador de Província de Inhambane, a quem represento neste acto, e também em nome do Conselho Executivo Provincial, e ainda em meu nome pessoal, saudar a todos os presentes neste Conselho Consultivo do Banco de Moçambique, que se realiza na nossa província, terra de boa gente e de gente trabalhadora.

Queremos agradecer a V. Ex.^a Senhor Governador do Banco de Moçambique pela escolha da nossa província para acolher este evento tão importante para a vida de todos os Moçambicanos, visto que, são debatidos assuntos que têm a ver com a vida económica e financeira do país, em geral, e da nossa província de Inhambane, em particular.

Queremos, ainda, saudar o Banco de Moçambique, por ter incluído na agenda o tema **“Desafios e Oportunidades para a Maximização do Potencial Turístico de Moçambique: O Caso da Província de Inhambane”**, sendo o turismo uma das apostas da província de Inhambane, no processo de desenvolvimento.

O nosso objectivo é de elevar cada vez mais o nível de serviços no ramo de turismo e apostar, não só no turismo de sol, mar e praia, mas também diversificar a oferta turística através de roteiros turísticos que incluam locais históricos da nossa província, além do turismo no interior, apostando no desenvolvimento das quatro áreas de conservação que temos na província.

O sector do turismo na província constitui um dos principais sectores estratégicos para a diversificação e dinamização da economia na província, contribuindo significativamente na produção global dos sectores económicos

Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

O sector tem vindo a registar melhoria dos indicadores de produção como resultado do alívio das medidas restritivas impostas pela COVID-19 que afectou negativamente o sector, sobretudo nos anos 2020 e 2021.

Igualmente com a implementação das medidas do pacote da aceleração económica, aprovados recentemente pelo Governo de Moçambique, o sector regista uma dinâmica e crescimento consideráveis, renovando a esperança do sector privado, que foi resiliente durante a crise pandémica.

Neste contexto, o ambiente de negócio no sector do turismo, em particular, contribuiu com cerca de 250 milhões de meticais na produção global da província, em 2022. Em termos de capacidade de alojamento, temos vindo a crescer consideravelmente, contando actualmente acima de 14 300 camas, distribuídos em mais de 8012 quartos.

A terminar, queremos desejar a todos votos de um bom debate após a apresentação do tema “Desafios e Oportunidades para a Maximização do Potencial Turístico de Moçambique: O Caso da Província de Inhambane”. A província precisa da experiência de V. Ex.^a para continuar a desenvolver o turismo baseado nos recursos naturais e na cultura da “boa gente”.

Também convidamos a todos os participantes visitantes a continuarem a se deliciar do melhor que a “terra de boa gente” oferece durante a estadia de V. Ex.^a aqui em Inhambane.

Pela vossa atenção,

Muito obrigado.

NOTA DE BOAS-VINDAS:
CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE INHAMBANE

Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Municipal
da Cidade de Inhambane
Benedito Eduardo Guimino

Senhor Governador do Banco de Moçambique, Excelência

Senhor Secretário de Estado na Província de Inhambane, Excelência

Senhor Governador da Província de Inhambane, Excelência

Camarada Primeira Secretária do Comité Provincial do Partido Frelimo,

Senhores Membros do Conselho de Administração do Banco de Moçambique,

Exmos. Senhores Membros, do Governo e de Secretaria de Estado da Província de Inhambane,

Excelentíssimo Senhor Administrador do Distrito de Inhambane,

Camarada Primeiro Secretário do Comité do Partido Frelimo da Cidade de Inhambane,

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Cidade de Inhambane,

Camarada Primeira Secretária do Comité de Zona do Partido Frelimo da Cidade de Inhambane,

Senhores Vereadores,

Respeitados Membros do Governo Distrital,

Senhores Membros da Assembleia Municipal,

Caros Líderes das Confissões Religiosas e Líderes Comunitários,

Ilustres Convidados,

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Em nome dos munícipes da cidade de Inhambane, dos órgãos municipais, e em meu nome pessoal, tenho a elevada honra de saudar a todos os presentes e desejar boas-vindas e boa estadia aqui na terra de boa gente, gente trabalhadora.

É uma honra e privilégio a nossa cidade acolher um evento de tamanha vergadura, motivo mais que suficiente para em nome dos cidadãos do Município de Inhambane dizer de viva voz *hoya-hoya*, sejam bem-vindos e sintam-se à vontade na terra de boa gente. É uma oportunidade para os operadores de diferentes áreas produzirem dinheiro através dos serviços prestados.

Orgulhamo-nos de saber que a visão e missão desta instituição reguladora da banca coloca os seus alicerces no engrandecimento do nosso país, com a preservação do valor da moeda nacional, promoção do sector financeiro de forma sólida e inclusiva, contribuindo para a estabilidade macroeconómica, com um olhar clínico para a transparência, competência, honestidade e responsabilidade na gestão financeira do país.

Excelências,

Neste momento derradeiro do quadragésimo oitavo Conselho Consultivo do Banco de Moçambique, será abordado o tema: Desafios e Oportunidades para a Maximização do Potencial Turístico de Moçambique: O Caso da Província de Inhambane, e, para suscitar debate e colher subsídios sobre a matéria, solicitamos a intervenção eloquente de todos os participantes no evento, especialmente os operadores turísticos.

A cidade de Inhambane, em particular, oferece pouco mais de 60 km de costa com paisagens convidativas e um manancial turístico por excelência, com águas cristalinas invejáveis. Porém, um dos desafios do sector turístico está ligado às tecnologias de informação e comunicação, que, por sua vez, permitem melhorar a prestação de serviços, reduzindo custos, maximizando a produtividade e melhorando a qualidade de atendimento, encurtando, assim, as distâncias geográficas entre os diferentes fornecedores de bens e serviços e seus clientes, trazendo mais dinâmicas e eficiência nos negócios da área turística.

	Estabelecimento de Alojamento	Quartos	Camas
Cidade de Inhambane	121	2 786	5 571
	Estabelecimento de restauração	Mesas	Cadeiras
	38	391	1 586

Cidade de Inhambane	Alojamento			Restauração		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	1770	883	887	224	134	90

Caros convidados,

Minhas senhoras,

Meus senhores,

O Banco de Moçambique projecta a construção da Praça do Metical na cidade de Inhambane, uma iniciativa que tem em vista a valorização do Metical, a nossa moeda, no âmbito de requalificação dos bairros Chalambe 1 e 2, e está em processo uma parceria entre o Município de Inhambane e Banco de Moçambique, que tem em vista a construção das 60 casas para a transferência das famílias daquele ponto, para dar lugar a construção da Praça do Metical, empreendimento que vai dinamizar o turismo e a economia da cidade de Inhambane. Associa-se a este empreendimento a construção da barreira de protecção de marés altas, vulgo Magulute, através do projecto Protecção das cidades costeiras.

Agradecemos, igualmente, as novas infra-estruturas que o Banco de Moçambique vai construir na cidade, com destaque para a nova Filial de Inhambane, que assumimos que

vão trazer outra dinâmica para a economia do Município de Inhambane, em particular, e da província, em geral.

Ao alcançarmos estes marcos históricos na nossa cidade, certamente iremos conferir maior beleza e dignidade, enaltecendo a nossa moeda, o Metical, um dos símbolos da estabilidade económica do nosso país.

Assim, ao implantar a Praça do Metical, entendemos que estarão criadas as condições para que os cidadãos desta bela cidade desfrutem dum espaço, não apenas de lazer, mas também de grande significado histórico.

De frisar que, já está na fase final a construção das 60 casas no bairro Guitambatuno, onde serão albergadas as famílias a serem transferidas do bairro Chalambe-1, Quarteirão A, no âmbito da requalificação daquele bairro e implantação desta imponente obra na nossa cidade.

Nestes termos, e em gesto de notas de boas-vindas à cidade de Inhambane, reitero os meus sinceros agradecimentos e mais uma vez dizer *hoya-hoya*, boas-vindas e boa estadia no nosso município.

Pela atenção dispensada, muito obrigado!

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A MAXIMIZAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DE MOÇAMBIQUE:

O CASO DA PROVÍNCIA DE INHAMBANE

ÍNDICE

Sumário Executivo	1
I. Introdução	4
II. Importância Socioeconómica do Turismo.....	5
2.1. Turismo no Mundo	5
2.2. Turismo em Moçambique	7
III. O Sector do Turismo na Província de Inhambane	11
3.1. Breve Caracterização do Potencial do turismo na Província de Inhambane	12
3.1.1. Procura.....	12
3.1.2. Oferta.....	14
3.2. Contribuição socioeconómica do turismo na província de Inhambane.....	16
IV. Principais Entraves à Maximização do Potencial do Turismo na Província de Inhambane/Moçambique	20
V. Principais Recomendações	21
VI. Questões para Debate.....	23
VII. Referências Bibliográficas	22
Anexos.....	24

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Receita média por cada turista internacional: Moçambique vs. mundo, 2019 (USD)	10
Gráfico 2: Novos empregos no turismo: Moçambique vs. média africana, 2015-2021	11
Gráfico 3: Estadia média (por dias) de hóspedes (nacionais e estrangeiros), 2017-2021	12
Gráfico 4: Chegada de hóspedes à província de Inhambane, 2010-2022	13
Gráfico 5: Oferta de alojamento na província de Inhambane, 2010-2022	15
Gráfico 6: Chegadas de hóspedes vs. receita fiscal do sector do turismo na província de Inhambane, 2010-19	16
Gráfico 7: Contribuição do turismo no emprego na província de Inhambane (2015-2021)	17

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Contribuição directa do turismo no PIB por regiões do mundo vs. Moçambique	10
Tabela 2: Matriz comparativa da província de Inhambane (Moçambique) vs. Zanzibar no sector do turismo	31

ANEXOS

Anexo 1: Quadro institucional do sector do turismo em Moçambique	24
Anexo 2: Acções do Governo para impulsionar o sector do turismo	25
Anexo 3: Avaliação dos planos estratégicos e das estratégias de <i>marketing</i> do sector do turismo	26
Anexo 4: Receitas totais vs. chegadas de turistas internacionais por regiões, 2019	27
Anexo 5: Perfil dos trabalhadores e dos estabelecimentos turísticos da província de Inhambane	28
Anexo 6: Opinião das comunidades de Chigamane e Macune relativamente ao impacto da actividade de turismo nas suas condições de vida	29
Anexo 7: Experiência de Zanzibar na captação de receitas fiscais no sector do turismo	30
Anexo 8: Análise comparativa do sector do turismo: província de Inhambane (Moçambique) vs. Zanzibar	31
Anexo 9: Competitividade do sector do turismo em Moçambique na região da SADC	36
Anexo 10: Síntese das intervenções da audiência na apresentação do estudo	44
Anexo 11: Notas finais do debate	49

LISTA DE SIGLAS

ANAC – Administração Nacional de Áreas de Conservação

AT – Autoridade Tributária de Moçambique

BoP – Balança de Pagamentos

CCBM – Conselho Consultivo do Banco de Moçambique

CTA – Confederação das Associações Económicas de Moçambique

DPCULTURI – Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Inhambane

FEMOTUR – Federação Moçambicana de Hotelaria e Turismo

INATUR – Instituto Nacional de Turismo

INDEST – Inquérito à despesa do turista

INE – Instituto Nacional de Estatística

INEP – Instituto Nacional de Emprego

IOF – Inquérito sobre o Orçamento Familiar

PIB – Produto interno bruto

MICULTUR - Ministério da Cultura e Turismo

MZN – Metical

PEDT I – Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo: 2004-2013

PEDT II – Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo: 2016-2025

SADC – Southern African Development Community (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)

SDG – *Sustainable Development Goals* (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável)

SINTIHOTS – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira, Turismo e Similares

UNWTO – United Nations World Tourism Organization (Organização Mundial do Turismo)

USAID – United States Agency for International Development (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional)

USD – Dólar norte-americano

WEF – World Economic Forum (Fórum Económico Mundial)

WTTC – World Travel & Tourism Council (Conselho Mundial de Viagens e Turismo)

Sumário Executivo

Experiências internacionais mostram que o turismo representa uma fonte de rendimento importante para o crescimento económico das nações, provendo receitas ao Estado, emprego às famílias, gerando divisas para a balança de pagamentos e contribuindo de forma substancial para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Não obstante o elevado potencial turístico que Moçambique apresenta nas componentes de sol, praia e mar, sustentado pela localização geográfica privilegiada e pelo clima favorável, as estatísticas mostram que, contrariamente à tendência mundial, o impacto do turismo é limitado. O gasto médio de um turista internacional em Moçambique é de cerca de USD 125, consideravelmente abaixo dos cerca de USD 722 do continente africano e dos cerca de USD 1014 do mundo; a média de novos empregos gerados pelo turismo ronda os 1200 por ano em Moçambique, contra cerca de 8000 novos empregos da média do continente africano; a contribuição do turismo internacional nas exportações de bens e serviços ronda os 5%, contra a média mundial de cerca de 7%; há fraca contribuição do sector do turismo para as comunidades locais, em termos de responsabilidade social das empresas; e há uma elevada perda de receitas fiscais, evidenciada pela desproporcionalidade entre a entrada de turistas e os gastos registados.

Diante desta realidade, considerado a província de Inhambane como estudo de caso, o presente trabalho analisa os principais constrangimentos do sector do turismo e faz algumas recomendações para inverter o cenário, através de uma metodologia que combina a revisão da literatura, entrevistas e inquéritos no local, e usa a experiência de Zanzibar como a principal referência regional. A escolha da experiência do Arquipélago de Zanzibar¹ assentou no facto de este ser um dos pólos turísticos de sucesso no desenvolvimento do turismo internacional de sol, praia e mar, e apresentar características geográficas semelhantes às de Moçambique, e da província de Inhambane em particular.

Com base nessa referência internacional e no levantamento efectuado na província de Inhambane, conclui-se que os principais entraves à maximização dos ganhos do potencial turístico desta província são:

¹ O Arquipélago de Zanzibar, que faz parte da República Unida da Tanzânia (resultado da fusão entre Tanganyika e Zanzibar em 1964), é semiautónoma em relação ao órgão central, tendo o seu próprio governo e Assembleia de Representantes, que elabora e implementa as suas políticas e programas económicos. Possui um presidente, democraticamente eleito.

- Falta de diversificação dos mercados emissores, concentrando-se estes na África do Sul e Zimbabwe (cerca 70% dos turistas internacionais que visitaram Moçambique entre 2017 e 2019), especializados em turismo de caravana, com muito pouco gasto no destino;
- Fraco nível de desenvolvimento de infra-estruturas de apoio ao turismo, entre elas as vias de acesso, aeroportos, portos e telecomunicações, condição *sine qua non* para a atracção de grandes cadeias de hotéis internacionais, as quais, por si só, são uma grande força de promoção do destino turístico; e
- Ausência de uma priorização efectiva do sector, aliada à falta de uma estratégia de *marketing* funcional.

O desafio para as autoridades, investidores e comunidades locais consiste na implementação de medidas para a remoção dos entraves, abrindo espaço para o desenvolvimento de um turismo internacional de sol, praia e mar que traga mais ganhos para a província, o país e as comunidades locais, na forma de maior influxo de moeda estrangeira para o sistema bancário nacional, maior impacto fiscal e maior inclusão/benefício das comunidades locais (incluindo agentes económicos).

Neste contexto, o estudo recomenda, tendo em conta o potencial turístico da província de Inhambane, que se identifique uma circunscrição territorial, a eleger como uma **zona franca** de desenvolvimento turístico, e sobre ela se implementem as seguintes iniciativas:

- Dotar a zona franca de instituições profissionalizadas, que exerçam o papel de verdadeiros *champions* da causa do desenvolvimento do turismo, com responsabilidades claras no contexto dos planos e estratégias que forem definidos;
- Realizar investimentos em infra-estruturas (aeroporto, vias de acesso, comunicações) e serviços públicos (electricidade e água), através de parcerias público-privadas;
- Engajar grandes cadeias de hotéis internacionais, que têm o condão de fazer o *marketing* do destino turístico nas origens, atraindo turismo de massas de alto padrão;
- Reforçar, através da digitalização, os mecanismos de rastreio de receita, de modo a aumentar o contributo no fisco e no sistema bancário nacional;
- Aperfeiçoar a grelha de impostos, passando a incluir, por exemplo, a taxa sobre o turismo e a taxa de infra-estruturas, as duas cobradas por turista, por noite passada

em estabelecimento de acomodação, cujos proveitos seriam usados, também, para o desenvolvimento do sector.

I. Introdução

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2021), uma agência especializada das Nações Unidas, o turismo internacional gerou em 2019, a nível global, cerca de USD 1,7 trilião em exportações (despesas dos visitantes, incluindo com as companhias aéreas domésticas), o equivalente a aproximadamente 6,7% das exportações totais de bens e serviços e 27% das exportações de serviços. O produto interno bruto (PIB) directo gerado pelo sector, no mesmo ano, é estimado em USD 3,5 triliões, o que corresponde a 4%² do PIB global.

Moçambique possui uma linha de costa com 2700 km, dos quais 700 km pertencem apenas à província de Inhambane, caracterizada por águas cristalinas e quentes durante o ano todo, praias de areias brancas, vegetação exuberante, ilhas paradisíacas, corais e ocorrência dos *big five* marinhos (baleia, tartaruga marinha, golfinho, tubarão e dugongo). Essa combinação tem atraído números crescentes de turistas internacionais, na modalidade de lazer. Porém, as estatísticas oficiais mostram uma contribuição limitada para a balança de pagamentos e para o fisco.

O presente documento identifica os principais entraves à maximização do potencial que o **turismo internacional de sol, praia e mar** tem, na província de Inhambane, na geração de benefícios socioeconómicos para a província, em particular, e o país, em geral. O objectivo é despoletar o debate entre os diferentes *stakeholders* do sector (autoridades, sector privado, comunidades, entre outros), no terceiro dia do 48.º Conselho Consultivo do Banco de Moçambique (CCBM), a realizar-se na cidade de Inhambane, em Novembro de 2023.

Refira-se que o CCBM é realizado uma vez por ano, numa província à escolha. No terceiro dia desta reunião, aberto ao público, debatem-se temáticas de interesse para a economia da província. A escolha do sector do turismo como tema de debate decorre do elevado potencial de turismo internacional de sol, praia e mar que a província possui.

Do ponto de vista metodológico, o documento resulta de um trabalho de pesquisa documental sobre o sector do turismo, análise de estatísticas e entrevistas a *stakeholders*

² Produto interno bruto directo do turismo, obtido através da conta satélite do turismo, é a parte do PIB gerada por todas as indústrias, em contacto com visitantes. Os impactos indirectos (gerados pelo consumo intermédio dos produtores, em contacto com visitantes) e os induzidos (os gerados pelos factores de produção implementados pelos produtores, em contacto com visitantes) podem ser substanciais. A Espanha é dos poucos países que reportou um contributo total do turismo no PIB de cerca de 12%, em 2018, contra um contributo directo de 6,6% do PIB.

relevantes na província de Inhambane (representantes de instituições do sector público e privado, gestores e trabalhadores de algumas estâncias turísticas nas praias da cidade de Inhambane e nos distritos de Massinga e Vilankulo) e na capital de Zanzibar.

O documento apresenta a seguinte estrutura: após a introdução, a segunda secção resume a visão das diferentes autoridades em relação à importância socioeconómica do sector do turismo, não só em Moçambique, como também no mundo, ilustrando o fenómeno turismo com números. A terceira secção faz uma radiografia do sector do turismo na província de Inhambane. A quarta secção alista os principais entraves à maximização do potencial do sector do turismo. A quinta secção apresenta as recomendações.

II. Importância Socioeconómica do Turismo

2.1. Turismo no Mundo

Em 2015, a Assembleia-Geral das Nações Unidas reconheceu o turismo como um sector que pode contribuir para o alcance de todos os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, até 2030. Com efeito, três destes objectivos têm metas específicas relacionadas com o sector do turismo, designadamente, o 8 – trabalho decente e crescimento económico, o 12 – consumo e produção responsáveis, e o 14 – vida na água. Esse reconhecimento decorre da relevância do turismo na economia global, visto ser **um dos sectores que a nível mundial:**

- **mais cresce**, com um crescimento real de 4,1% em 2019, em termos de valor acrescentado bruto, o segundo maior depois do sector da informação e comunicação (4,8%). No mesmo período, segundo o *Trading Economics* (2023), o crescimento do PIB mundial foi de 2,6%.
- **mais contribui para o PIB**, com uma média de 4% entre 2010 e 2019, na óptica de contribuição directa;
- **mais contribui para o emprego**, com uma média de 9,4% entre 2010 e 2019 (em 2019 empregou 334 milhões de pessoas); e
- **mais contribui para a balança de pagamentos**, com uma média de cerca de 6,2% do total de exportações e de cerca de 27% nas exportações de serviços, entre 2011 e 2020. As exportações mundiais do turismo, em 2019, atingiram USD 1,7 trilião, ficando apenas atrás de sectores como o dos combustíveis (USD 2,3 triliões) e produtos químicos (USD 2,1 triliões).

As experiências internacionais revelam que o sector do turismo pode servir de alavanca da economia, quando devidamente priorizado e o seu potencial plenamente explorado. O índice de Competitividade Viagens e Turismo³, publicado pelo World Economic Forum em 2019 (WEF), mostra que nesse mesmo ano, países como as Maurícias (posição 54, com índice de 4), África do Sul (posição 61, com índice de 4), Seicheles (posição 62, com índice de 3,9), Namíbia (posição 81, com índice de 3,7), Quénia (posição 82, com índice de 3,6) e Tanzânia (posição 96, com índice de 3,4) se destacaram entre os países mais bem posicionados a nível de África. No caso específico do subíndice de priorização do sector do turismo pelos países, que engloba um conjunto de seis indicadores, dentre os quais as transferências do governo para actividades culturais e recreativas e o esforço de *marketing*, as Maurícias (com a pontuação de 6,1) volta a pontificar, e, no mesmo período, o contributo do sector do turismo para o PIB é elevado.

Evidências da Namíbia e das Maurícias mostram que a priorização do sector do turismo pelos respectivos governos têm contribuído para o crescimento combinado do sector e destes países como destinos turísticos. Por exemplo, o governo da Namíbia, através de um programa conjugado de investimentos públicos e privados, tem impulsionado o desenvolvimento em infra-estruturas para turismo, com vista a transformar este país no destino turístico mais competitivo de África (*vide Anexo 9*).

As Maurícias implementaram, no âmbito da diversificação de produtos turísticos, o “*Mauritius 365*”, um programa que visa contrabalançar os efeitos da sazonalidade no sector do turismo, através da realização de actividades diversas durante o período de Inverno (época de baixa procura por serviços turísticos naquele país insular). Como resultado, verificou-se, entre outros, o aumento médio de 30% no influxo de turistas internacionais, passando de uma média de 1,04 milhão, entre 2012 e 2015, para uma média de 1,35 milhão, entre 2016 e 2019 (*vide Anexo 9*).

³ O Travel & Tourism Competitiveness Index é composto por 90 indicadores individuais, distribuídos em 14 pilares e quatro subíndices (ambiente habilitante dos negócios, políticas e condições habilitantes específicas do sector de turismo e viagens, infra-estrutura, e recursos naturais e culturais), e mede o conjunto de factores e políticas que permitem o desenvolvimento sustentável do sector de turismo e viagens, que contribuem para o desenvolvimento e a competitividade das economias. A pontuação máxima é de 7 pontos. Moçambique registou uma pontuação de 2,9, ocupando a posição n.º 127, de um universo de 140 países.

No Arquipélago de Zanzibar, o governo tem apostado fortemente no sector. Entre os vários exemplos, pode-se destacar o *upgrade* recente das infra-estruturas aeroportuárias e das vias de acesso, o combate cerrado a doenças como malária, o envolvimento directo do governo na diversificação de produtos turísticos e de mercados emissores.

Com vista a aumentar a captação de receitas do turismo com baixo impacto ambiental, o Ministry of Tourism and Heritage Zanzibar tem liderado esforços no sentido de dar maior visibilidade ao turismo cultural e ao ligado às áreas de conservação (Stone Town, parte antiga da cidade capital, é considerada um património mundial cultural, protegido pela UNESCO), assim como concessiona pequenas ilhotas visando investimentos direccionados ao turismo internacional de luxo. O quadro institucional e legal confere ao sector do turismo uma posição de destaque na economia de Zanzibar, incluindo a mobilização de recursos para o seu desenvolvimento.

2.2. Turismo em Moçambique⁴

Moçambique e a província de Inhambane, em particular, apresentam um elevado potencial turístico, principalmente de sol, praia e mar. O potencial é evidenciado pela rica e extensa costa de cerca de 2700 km (dos quais cerca de 700 km só na província de Inhambane), com praias de águas cristalinas e quentes, pela existência de ilhas paradisíacas (como o arquipélago de Bazaruto na província de Inhambane), pela rica vida marinha animal (com os *big five* marinhos), bem como pela sua privilegiada localização junto da África do Sul, um dos principais destinos e emissores de turismo em África. Ciente desse potencial, o Governo elegeu o sector do turismo como uma das quatro áreas prioritárias de desenvolvimento, a par da agricultura e pescas, da indústria transformadora e da extractiva.

Como forma de maximizar os benefícios socioeconómicos decorrentes do elevado potencial turístico de Moçambique, o Governo delineou planos e estratégias para promover o desenvolvimento do sector. Nos últimos vinte anos, foram aprovadas duas estratégias de desenvolvimento do sector do turismo (2004-2013 e 2016-2025), e as respectivas estratégias de *marketing* (2006-2013 e 2017-2021), nas quais foram

⁴ O quadro institucional do sector do turismo em Moçambique é apresentado no Anexo 1.

identificados os factores que concorrem para o fraco desenvolvimento do sector do turismo a nível nacional, entre outros aspectos desenvolvidos a seguir.^{5,6}

(i) O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo: 2004-2013 (PEDT I)

coloca, num único documento, as linhas dos planos estratégicos anteriores, produzidos entre 1995 e 2003. Este plano, que teve enfoque na promoção de investimento do sector para a expansão da capacidade de alojamento e de serviços similares, bem como no melhoramento da qualidade do produto turístico, estabelecia como metas implícitas um crescimento médio anual das chegadas de turistas internacionais de 6% e um incremento da taxa de ocupação média dos hotéis para acima de 50% entre 2006 e 2010.⁷

Na visão do turismo para 2025, de acordo com esta estratégia, “até ao ano de 2025, Moçambique será o destino turístico mais vibrante, dinâmico e exótico de África, famoso pelas suas praias e atracções litorais tropicais, produtos de ecoturismo excelentes e pela sua cultura intrigante, que dá boas-vindas a mais de quatro milhões de turistas por ano”. Ainda de acordo com a mesma visão, “as áreas de conservação constituem uma parte integrante do turismo, e os seus benefícios darão um contributo significativo para o PIB, trazendo riqueza e prosperidade para as comunidades do país”.

(ii) O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo: 2016-2025 (PEDT II)

visa remover as barreiras críticas ao desenvolvimento do sector, de forma a promover um maior influxo de visitantes para os principais destinos turísticos do país. Adicionalmente, destaca alguns desafios que o sector enfrenta, entre eles, o declínio do turismo de lazer, as distorções entre a procura e a oferta, a concentração do turismo em determinadas áreas, a baixa criação de emprego e a baixa competitividade.

⁵ As actividades turísticas em Moçambique são reguladas pela Lei do Turismo (Lei n.º 4/2004, de 17 de Junho), que estabelece o quadro legal para o fomento e o exercício de actividades turísticas em Moçambique.

⁶ As principais acções do Governo, realizadas no âmbito destes planos, são apresentadas no Anexo 2.

⁷ Política Nacional do Turismo e Estratégia de Desenvolvimento do Turismo para 1995-1999 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/95, de 30 de Maio) e Política do Turismo e Estratégia da sua implementação (Resolução n.º 14/2003, de 4 de Abril).

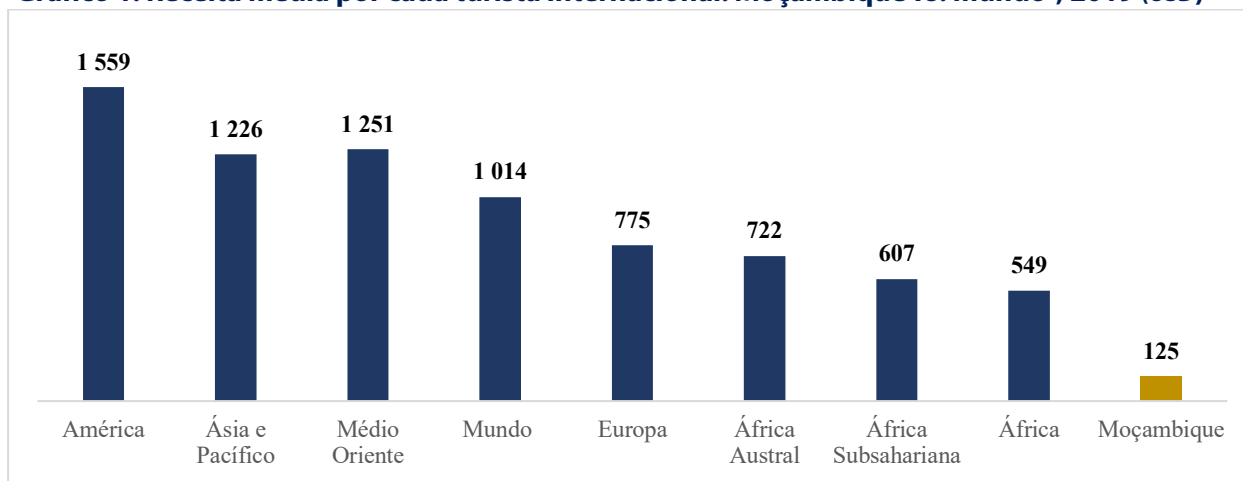
As principais metas deste plano estratégico, para o primeiro quinquénio da sua vigência, são:

- incremento das chegadas para uma média anual de 2,1 milhões de visitantes internacionais, 4,4 milhões de visitantes domésticos, em 2021 (um aumento médio anual de 460 mil por ano);
- incremento das receitas de turismo internacional, de USD 1,4 bilião para USD 4,2 biliões em 2021 (um aumento médio de USD 420 milhões por ano);
- incremento das receitas do turismo doméstico, de USD 1,8 bilião para USD 5,8 biliões em 2021 (um aumento médio USD 580 milhões por ano);
- incremento de postos de emprego directo na área do turismo, de 59 900 para 143 700 em 2021 (um aumento médio de 16 760 por ano); e
- incremento de postos de emprego indirecto na área do turismo de 173 700 para 416 700 (um aumento médio anual de 48 600 por ano).

A avaliação dos planos estratégicos de desenvolvimento do sector e as respectivas estratégias de *marketing* é apresentada no *Anexo 3*, no qual se destaca o não cumprimento da maior parte das metas estabelecidas. Outra constatação importante na avaliação das estratégias é a falta de uma definição clara dos órgãos para a sua implementação e monitoria, incluindo os papéis de cada um.

A realidade do sector do turismo em Moçambique mostra um subaproveitamento do seu potencial para gerar riqueza. A contribuição do turismo internacional para as exportações em 2019 (5,4% das exportações de bens e serviços, e 27% das exportações de serviços) – se bem que não distante dos padrões mundiais (médias de 6,7% e 27%, respectivamente), tem sido obtida à custa de elevadíssimos influxos de turistas internacionais, com um gasto médio de USD 125 por turista. Este gasto está bastante aquém das médias de USD 1014 por visitante, a nível mundial, USD 722 na África Austral e USD 549 em África, só para citar alguns exemplos (Gráfico 1).

Gráfico 1: Receita média por cada turista internacional: Moçambique vs. mundo⁸, 2019 (USD)



Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados do UNWTO (2020)

O reduzido gasto por turista em Moçambique reflecte, essencialmente, a fraca diversificação dos mercados emissores – que, por seu turno, decorre da baixa competitividade do sector (qualidade das infra-estruturas, entre outros).

O contributo directo do turismo para o PIB de Moçambique tende a aproximar-se da média mundial, com uma média de 4,2% do PIB entre 2015 e 2019 (Tabela 1).

Tabela 1: Contribuição directa do turismo no PIB por regiões do mundo vs. Moçambique

	2015	2016	2017	2018	2019
Mundo	4,1	4,1	4,0	4,0	4,0
Europa	4,1	4,1	4,2	4,2	4,3
Ásia e Pacífico	5,0	4,9	4,3	4,3	4,4
América	3,3	3,4	3,4	3,4	3,4
África	3,6	4,9	4,1	4,3	4,3
Médio Oriente	3,9	3,8	4,5	4,6	5,1
Moçambique	4,6	3,9	3,9	4,3	4,2

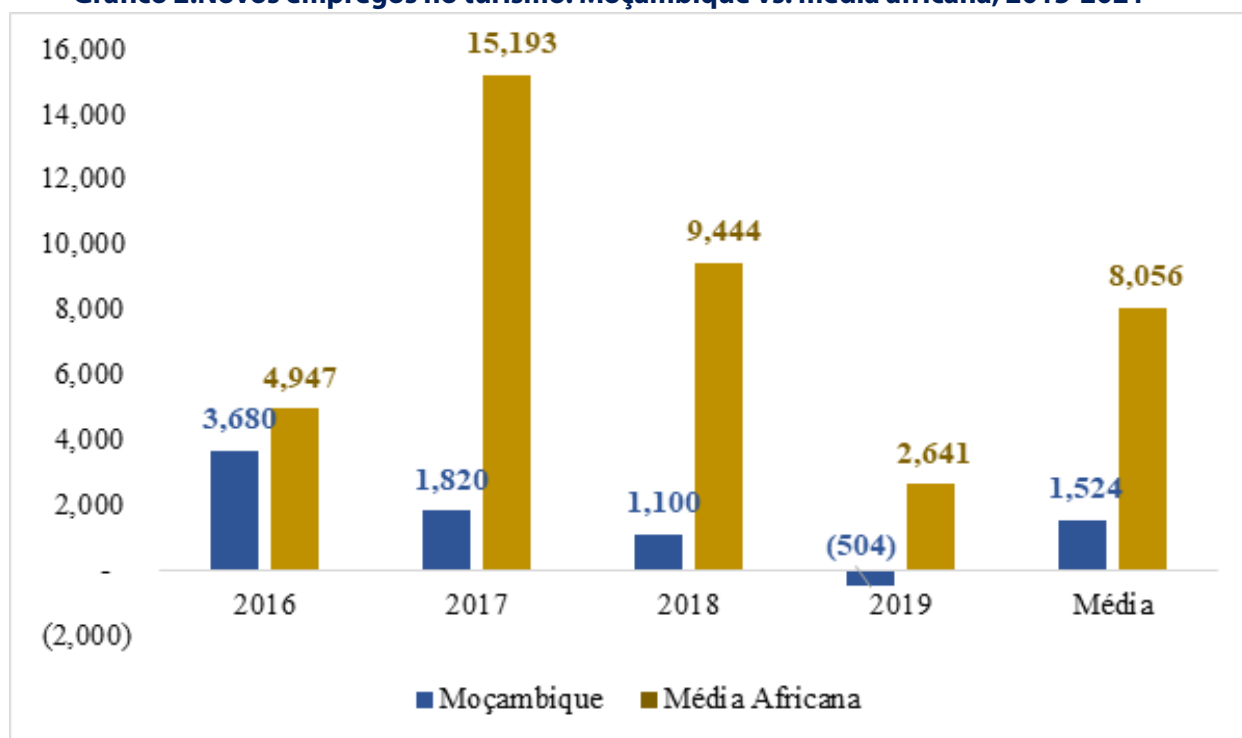
Fonte: UNWTO (2021)

Por outro lado, o turismo gera menos novos postos de trabalho em Moçambique, quando comparado com a média africana. Dados correspondentes ao período entre 2015 e 2019 indicam que o sector do turismo empregou, em média, 62.415 trabalhadores, o que está bastante abaixo da média africana de 153 798 trabalhadores. O crescimento anual do emprego no sector em Moçambique, no mesmo período, foi de 1524

⁸ O Anexo 4 apresenta uma análise comparativa das chegadas de turistas internacionais com as receitas captadas pelo sector, em diferentes regiões do mundo.

trabalhadores, contra uma média de 8056 trabalhadores nos países africanos⁹ (Gráfico 2) (Statista, 2023).

Gráfico 2: Novos empregos no turismo: Moçambique vs. média africana, 2015-2021



Fonte: SINTIHOTS (2023) e Statista (2023)

O turismo é um dos sectores que menos têm contribuído para a receita fiscal em Moçambique. Entre 2014 e 2019, a contribuição do sector de turismo na arrecadação da receita fiscal foi, em média, de 0,6%, sendo este o segundo sector que menos tem contribuído, a seguir à agricultura, com 0,2% (AT, vários anos)¹⁰. Tal poderá indiciar a existência de elevadas perdas de receitas fiscais, se tomarmos em consideração o volume de turistas que o país regista.

III. O Sector do Turismo na Província de Inhambane

A análise realizada nesta secção é baseada na informação recolhida no trabalho de campo, através de entrevistas a entidades governamentais e privadas locais, assim como em inquéritos aos prestadores de serviços turísticos e respectivos trabalhadores e às comunidades circunvizinhas às estâncias turísticas.

⁹ Cálculos dos autores com base nos dados do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira, Turismo e Similares (SINTIHOTS).

¹⁰ Anuário Estatístico - Estatísticas Tributárias (2014, 2017, 2019 e 2021).

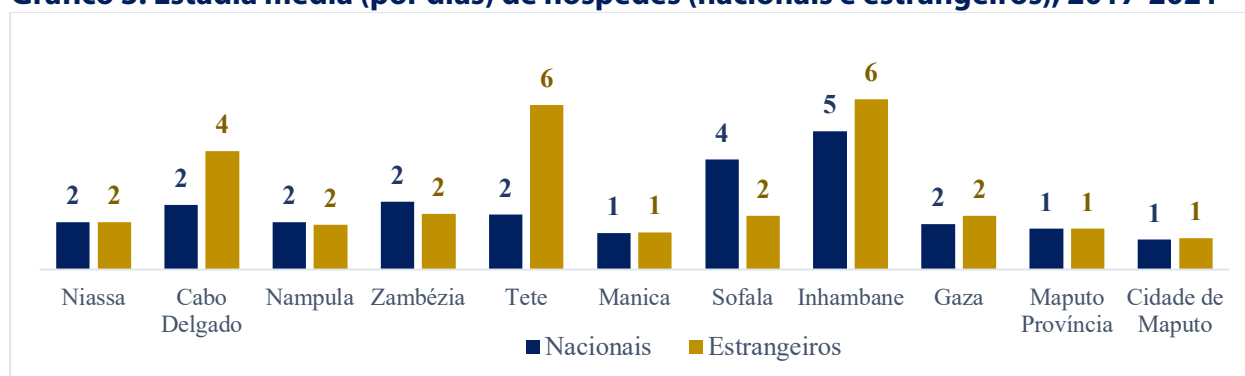
3.1. Breve Caracterização do Potencial do turismo na Província de Inhambane

A província de Inhambane possui uma linha de costa de 700 km, ao longo do Oceano Índico, que possui como atracções as águas cristalinas e quentes durante todo o ano, praias de areias brancas, vegetação exuberante, ilhas paradisíacas, corais e os *big five* marinhos, que propiciam condições para o descanso, a prática de actividades como mergulho, *snorkelling*, pesca desportiva e outros desportos aquáticos.

O Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, em particular, possui características únicas para amantes do turismo selvagem. É considerado o último refúgio da única população viável de dugongos de toda a costa oriental de África, onde se pode observar paisagens dunares, aves exóticas, tapetes de ervas marinhas, recifes de corais e os “*big five*” marinhos (baleia, tubarão, tubarão-baleia, golfinhos e dugongo), visitar a Reserva Nacional de Pomene e o Parque Nacional do Zinave.

Dadas as suas potencialidades turísticas, Inhambane é a província com as maiores estadias médias de turistas nacionais e internacionais. Conforme ilustrado no Gráfico 3, entre 2017 e 2021 a província de Inhambane apresentou a maior estadia média de turistas domésticos (cinco dias), quando comparado com outras províncias do País (dois dias)¹¹.

Gráfico 3: Estadia média (por dias) de hóspedes (nacionais e estrangeiros), 2017-2021



Fonte: INE (2023)

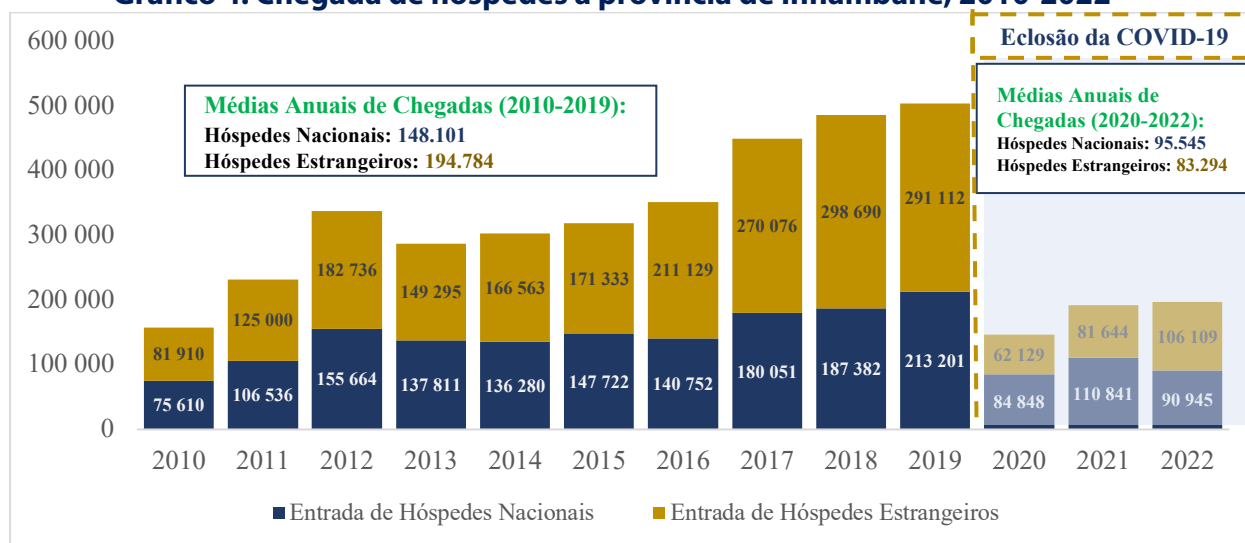
3.1.1. Procura

A procura por serviços de turismo tende a crescer. No período de 2010 a 2019, a província de Inhambane registou um aumento no número de chegadas de hóspedes, tendo

¹¹ Indicadores de Referência na Área do Turismo (MICULTUR, 2022).

os nacionais passado de 75 610 para 213 201, e os estrangeiros de 81 910 para 291 112 (Gráfico 4).

Gráfico 4: Chegada de hóspedes à província de Inhambane, 2010-2022



Fonte: DPICULTUR (2023)

Observa-se um crescimento do turismo doméstico. Tradicionalmente, a actividade de turismo tem sido caracterizada pelo maior influxo de cidadãos estrangeiros comparativamente aos nacionais. No entanto, as restrições nas viagens para o estrangeiro, resultantes da eclosão da pandemia de COVID-19, associada à queda dos preços do alojamento, originou uma mudança do paradigma no sector, que passa a registar um movimento massivo de turistas domésticos. Conforme ilustra o Gráfico 4, entre 2010 e 2019 o fluxo médio anual de hóspedes estrangeiros (194 784) era superior ao movimento de hóspedes domésticos (148 101). No entanto, este cenário reverteu com a eclosão da COVID-19, passando o número médio de hóspedes nacionais (95 545) a suplantarem o de hóspedes estrangeiros (83 294).

Vilankulo e a cidade de Inhambane são os principais destinos do turismo internacional. Estes dois destinos absorvem cerca de 60% dos turistas internacionais que visitam a província de Inhambane (INE, 2020 e 2022a)¹². Contudo, há outros distritos que começam a emergir como destinos turísticos de relevo, com destaque para Jangamo, Inharrime e Massinga, que, em conjunto e em termos anuais, hospedam aproximadamente 33% dos visitantes da província (INE, 2022)¹³. Por outro lado, Vilankulo (38,1%) e a cidade de

¹² Estatísticas do Turismo da Província de Inhambane 2019 e 2021.

¹³ Estatísticas do Turismo da Província de Inhambane, 2021.

Inhambane (19,8%) estão entre os três distritos com as maiores taxas de ocupação de camas¹⁴, a nível da província de Inhambane (INE, 2021).¹⁵

A procura turística desagrega-se em duas modalidades, sendo turismo de massas e turismo de luxo. Em geral, o turismo de massas é praticado nas praias do Tofo e de Vilankulo (parte continental), por cidadãos nacionais, principalmente oriundos das províncias de Maputo, Gaza e Sofala. O turismo de luxo, que se concentra na parte insular de Vilankulo (arquipélago de Bazaruto), mas também com algumas ocorrências na cidade de Inhambane (praia da Barra), é maioritariamente realizado por cidadãos estrangeiros, provenientes de outros países africanos (*e.g.* África do Sul e Zimbabwe) e também dos continentes americano (Estados Unidos da América) e europeu (*e.g.* Reino Unido e Portugal).

A África Austral é o principal mercado de origem dos turistas internacionais que visitam a província de Inhambane. Dados referentes ao período entre 2015 e 2019 indicam que os principais turistas internacionais que visitam a província de Inhambane são de nacionalidades sul-africana e zimbabweana, os quais, em conjunto, representam cerca de 70% do influxo anual (MICULTUR, 2020 e 2022). Por pertencerem a países que partilham fronteiras terrestres com Moçambique, na sua deslocação a este país este grupo de turistas traz consigo toda a logística necessária para a sua estadia, o que contribui para a reduzida realização de despesas, no território nacional. Outros países relevantes são os Estados Unidos da América (3,3%), Portugal (3,8%) e Reino Unido (4,4%), havendo, no entanto, turistas de outras nacionalidades, em relação aos quais há poucos ou nenhuns registos de entradas em Moçambique, apesar de terem a África Austral como um destino turístico preferencial. Alguns exemplos, por ordem de importância, são: França, Alemanha, Itália, Polónia, China (Macau) e Rússia (WTTC, 2023).

3.1.2. Oferta

A província de Inhambane regista uma tendência para aumento da oferta de empreendimentos turísticos. Em linha com o influxo de investimento privado no sector de turismo, que entre 2010 e 2019 cresceu a uma média anual de 19%, passando de USD

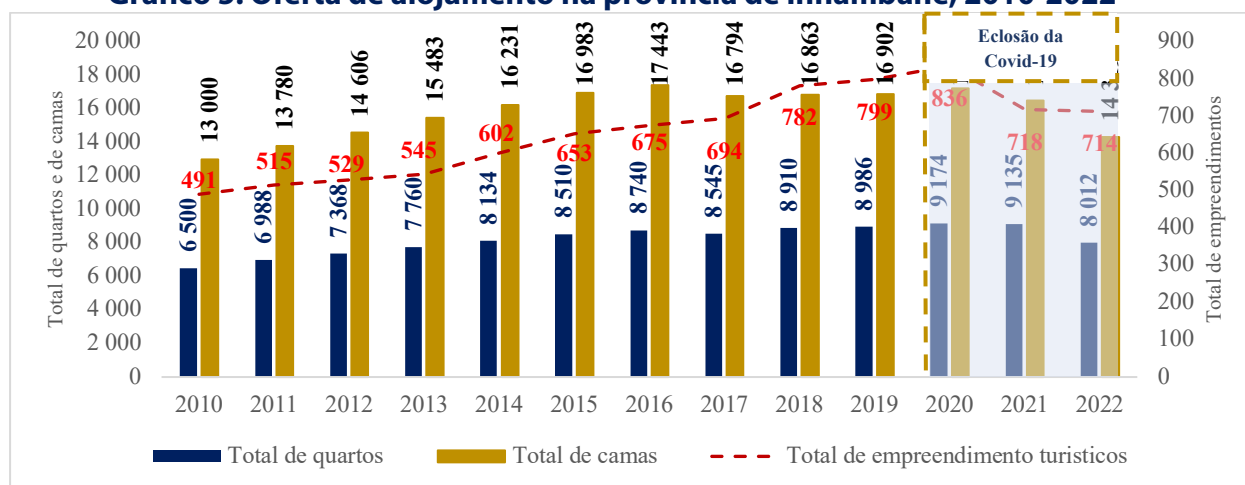
¹⁴ Taxa de ocupação é um indicador que permite avaliar a capacidade média de alojamento (INE, 2018).

¹⁵ Estatísticas do Turismo da Província de Inhambane, 2021.

5,8 milhões para USD 27,8 milhões, tem-se observado um aumento na oferta de alojamento na província (Gráfico 5), que passou de 6500 quartos para 8986 (2486 quartos novos em dez anos, equivalentes a uma média de 276 novos quartos por ano), representando cerca de 1/4 da oferta global do País. Neste sentido, a província de Inhambane destaca-se como sendo a segunda província do País com maior oferta de quartos, atrás de Maputo (cidade e província), com 10 629 quartos em 2019.

Note-se, porém, que dos 799 estabelecimentos de acomodação de turistas que existiam em 2019 na província de Inhambane, apenas 16 se enquadravam na categoria de hotel, dos quais a maioria com uma a duas estrelas. A grande maioria dos estabelecimentos enquadra-se na categoria de *lodge*, com 351 unidades, das quais 300 com uma e duas estrelas, 39 com três estrelas e 12 com quatro estrelas (DPCULTURI, 2023).¹⁶

Gráfico 5: Oferta de alojamento na província de Inhambane, 2010-2022



Fonte: DPCULTURI (2023)

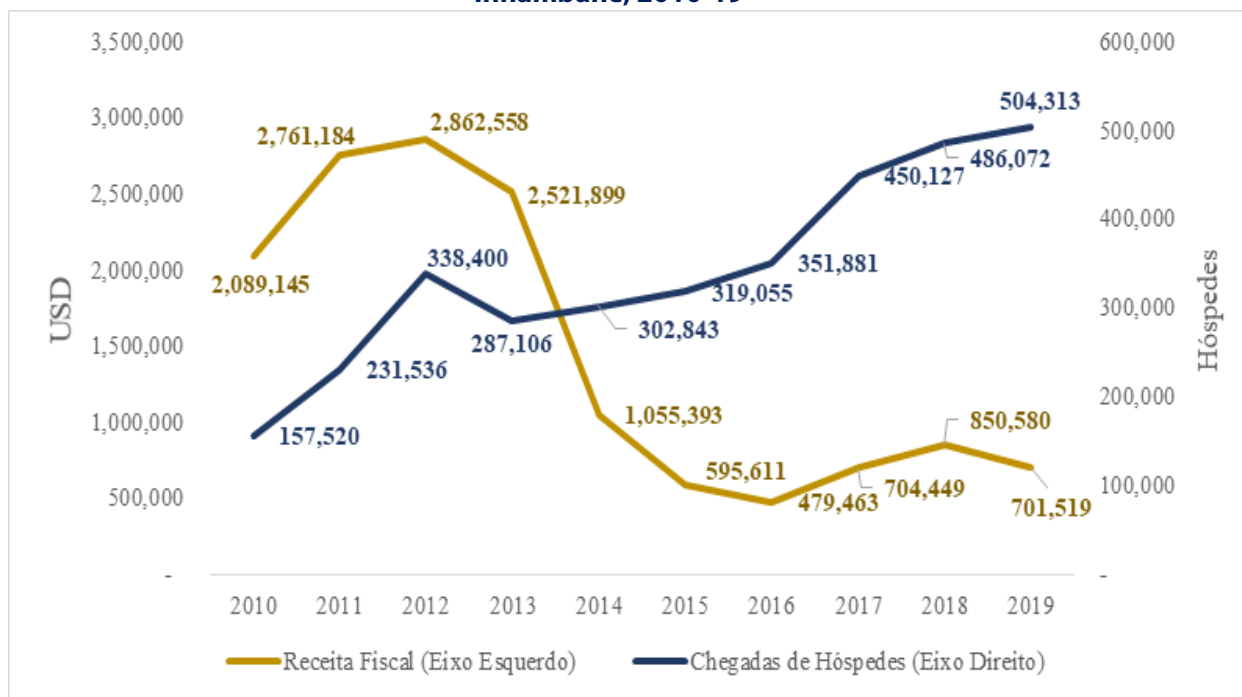
A maior parte do investimento privado destinado ao sector do turismo na província de Inhambane é oriunda da África do Sul e do Zimbabwe, estando concentrado no alojamento¹⁷. Os distritos de Vilankulo (36%), de Jangamo (19%) e a cidade de Inhambane (28%) absorvem as maiores parcelas destes investimentos (DPCULTURI, 2023).

¹⁶ De acordo com o INE, hotel é um estabelecimento com restaurante e um mínimo de dez quartos, que ocupa a totalidade de um edifício, ou parte dele, completamente independente, constituindo as suas instalações um todo homogéneo, com acesso directo aos andares por parte dos clientes, a quem são fornecidos os serviços de alojamento e de refeições.

¹⁷ Direcção Provincial do Turismo de Inhambane (2014). Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Província de Inhambane.

Não obstante o crescimento na chegada de hóspedes nas estâncias turísticas da província de Inhambane, observa-se uma tendência para redução na captação de receita fiscal (Gráfico 6).

Gráfico 6: Chegadas de hóspedes vs. receita fiscal do sector do turismo na província de Inhambane, 2010-19



Fonte: Autoridade Tributária (2023)

3.2. Contribuição socioeconómica do turismo na província de Inhambane

A análise do impacto socioeconómico do turismo é realizada com base, principalmente, nos resultados obtidos dos inquéritos administrados aos intervenientes do sector na cidade de Inhambane e nos distritos de Massinga e Vilankulo. Para melhor compreensão e interpretação dos resultados desta análise, são apresentados os perfis das estâncias e dos trabalhadores deste sector, no Anexo 5.

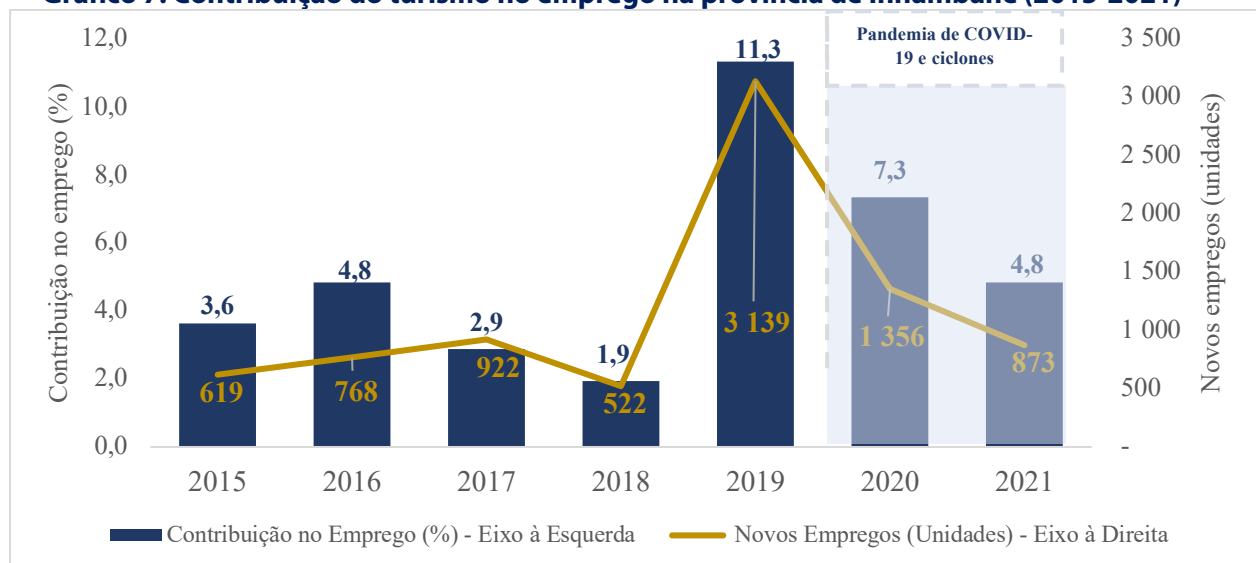
O turismo tem contribuído para melhoria das condições de vida das comunidades, mas o seu efeito é limitado por deficiências estruturais da economia local. No âmbito do presente estudo, a avaliação da contribuição socioeconómica do turismo é feita em relação aos seus efeitos sobre três indicadores seleccionados, nomeadamente: (i) contribuição na geração de emprego, (ii) contribuição para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e (iii) contribuição na melhoria das condições de vida das comunidades em volta das estâncias turísticas.

(i) Contribuição na geração de emprego

O sector do turismo tem um contributo limitado na geração de emprego na província de Inhambane, comparado com o seu potencial. A contribuição da província para o total de emprego no sector do turismo a nível nacional foi de 10%, em média, entre 2018 e 2019, praticamente os mesmos da média nacional (9% por província) (INE, 2022). Ainda na província de Inhambane, a contribuição do sector para o emprego total, não só é baixa, como também apresenta uma tendência decrescente (entre 1,9% e 4,8%, se considerarmos que os 11,3% de 2019 são *outliers*, sendo que não foi possível obter uma explicação das autoridades para tão elevado incremento) (Gráfico 7). O sector da agricultura, silvicultura e pesca foi o que mais contribuiu para a geração do emprego nesta província (67%), seguido do sector de comércio e finanças (11%) (INE, 2021 – IOF 2019/20).

Os resultados dos inquéritos aos trabalhadores das estâncias turísticas revelam que a maior parte (50%) da mão-de-obra do sector tem mais de cinco anos de serviço no mesmo estabelecimento. Considerando este facto, num contexto de redução da oferta de novos empreendimentos turísticos, conforme ilustrado no Gráfico 7, depreende-se que o sector tende a gerar cada vez menos novos postos de trabalho. No entanto, importa referir que, não obstante a sazonalidade, que é característica do turismo, a maior parte dos contratos de trabalho celebrados neste sector são em regime permanente (75%), e cerca de 90% destes trabalhadores contribuem para a segurança social.

Gráfico 7: Contribuição do turismo no emprego na província de Inhambane (2015-2021)



Fonte: INEP (2023)

(ii) Impacto nas condições de vida dos trabalhadores

A maior parte dos trabalhadores das estâncias turísticas de Inhambane têm salário igual ou superior ao rendimento médio de um agregado familiar da província. Cerca de 80% dos trabalhadores inquiridos afirmaram auferir um salário igual ou superior a 7700 meticais, que é o rendimento médio de um agregado familiar da província de Inhambane, segundo o Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2019/20¹⁸ (INE, 2021), sendo que o salário mínimo do sector é de 7715 meticais.

Por outro lado, 72% dos trabalhadores inquiridos afirmou que as suas condições de vida melhoraram, em resultado do salário ganho pelo seu trabalho na estância turística. Dos poucos trabalhadores (27%) que afirmaram ter uma fonte alternativa de rendimento, a maioria (67%) financiou tal negócio/empreendimento através do seu salário. Em termos de melhoria das condições de vida, na óptica dos trabalhadores, destaca-se habitação, maior capacidade de realização de despesas de alimentação, de educação e de saúde, assim como aquisição de bens duráveis a exemplo de telefone celular, mobiliário e electrodomésticos.

A percepção sobre a melhoria das condições de vida, em resultado dos rendimentos ganhos no sector do turismo, é mais pronunciada entre os indivíduos que trabalham nas estâncias turísticas localizadas em zonas como Pomene e Morrungulo (Massinga) e Chigamane (Vilankulo), distantes das principais vilas e cidades, nas quais há poucas alternativas de emprego.

Por outro lado, questões estruturais como as deficiências nas vias de acesso (que dificultam a mobilidade e encarecem o custo de transporte) e o elevado custo de vida nas zonas turísticas reduzem o valor real do salário dos trabalhadores do sector, corroendo, desta forma, o seu poder de compra.

(iii) Contribuição nas condições de vida das comunidades circunvizinhas

Na percepção das comunidades, a actividade do turismo não tem trazido benefícios significativos à população local. O trabalho de campo envolveu a auscultação às comunidades de Chigamane e Macune, pertencentes ao distrito de Vilankulo, e residentes em zonas com presença significativa de estâncias turísticas e com áreas reservadas para

¹⁸ A primeira fase do trabalho de campo, para o presente estudo, foi realizada antes da publicação do IOF 2022.

investimentos futuros no sector. A população referiu que desde o início da instalação de empreendimentos turísticos na região, apenas duas benfeitorias foram realizadas em prol da comunidade, construção de três casas para professores da escola primária local e de um fontanário de água. Na avaliação da população local, os benefícios prometidos aquando da realização das consultas comunitárias para a instalação dos empreendimentos turísticos não são cumpridos, queixando-se estas de as estâncias turísticas não absorverem a mão-de-obra e produção locais, assim como de não apoiarem no provimento de infra-estruturas básicas, com maior destaque para as vias de acesso (mais detalhes no *Anexo 6*).

No entanto, no âmbito do inquérito realizado durante o trabalho de campo em Vilankulo, todos os proprietários/gestores das estâncias turísticas locais entrevistados, incluindo daquelas localizadas nas proximidades de Chigamane e Macune, afirmaram que têm adquirido produtos frescos e pesqueiros das comunidades locais. Adicionalmente, algumas delas declararam realizar acções de responsabilidade social, com destaque para apoios monetários e materiais para escolas e alunos, apoio a algumas associações locais, assim como oferta de trabalhos esporádicos na limpeza das praias da região.

(iv) Algumas externalidades negativas da actividade do turismo

Não obstante a contribuição socioeconómica positiva do turismo, conforme acima descrito, esta actividade pode ter alguns efeitos indesejáveis nas zonas de interesse turístico. Da auscultação aos principais intervenientes do sector, incluindo as comunidades locais, constatou-se que alguns dos principais efeitos adversos do turismo, na província de Inhambane são: poluição ambiental e sonora, pressão sobre o saneamento urbano, consumo excessivo dos recursos marinhos. Tal sugere que muito há ainda a fazer no sentido da promoção de um turismo social e ambientalmente sustentável.

IV.Principais Entraves à Maximização do Potencial do Turismo na Província de Inhambane/Moçambique

Conclui-se, do levantamento feito, que os principais entraves à maximização do potencial que o sector de turismo tem na província de Inhambane, na geração de ganhos socioeconómicos, são os seguintes:¹⁹

- a) No âmbito da transformação estrutural do sector, visando deixar de depender do turismo de caravana:
- **Défice de infra-estruturas e serviços públicos** nas zonas de interesse turístico, em quantidade e qualidade: aeroportos, vias de acesso, comunicações, água e energia;
 - Ligado ao anterior, **inexistência de grandes cadeias internacionais de hotéis** (na província de Inhambane predominam *lodges* de uma a duas estrelas), que por si só já representam uma grande força de *marketing* do destino turístico nos mercados emissores;
 - **Ambiente de negócios desfavorável** à atracção das grandes cadeias de hotéis, reflectido na excessiva burocracia e na percepção de elevado risco de segurança (raptos, ataques terroristas e história de conflitos militares internos);²⁰
 - **Fraca priorização efectiva do sector**, evidenciada pela apatia das instituições que deviam ser responsáveis pela organização do sector e pelo desenvolvimento do produto turístico e *marketing* do destino turístico, pela falta de uma definição clara dos órgãos de implementação e monitoria, com papéis e responsabilidades de cada órgão, nos diversos planos desenhados, e pela inexistência de um mecanismo formal de *enforcement*, monitorização do grau de cumprimento, e reporte do estipulado nas estratégias e planos ligados ao sector do turismo; e
 - **Baixo nível de diversificação de produtos turísticos e *marketing* do destino turístico Moçambique/província de Inhambane**, que resulta na dependência excessiva de turistas oriundos da África do Sul e do Zimbabwe, que pouco gastam no país (turismo de caravana, que traz mantimentos e meios circulantes próprios, muitos dos quais alugados em agências especializadas naqueles países). O gasto

¹⁹ Os mesmos repetem-se em todo o país.

²⁰ O *Anexo 9* faz uma abordagem comparativa dos países da região da SADC em termos de índices de competitividade dos respectivos sectores turísticos, no período de 2015-19 (compilado pelo WEF), que mostra que Moçambique, regra geral, se situa abaixo da média da região.

médio do turista internacional em Moçambique é de USD 125, bastante aquém da média de outros países da região e do mundo.

b) No âmbito do aproveitamento integral do turismo em curso:

- **Défi ce no rastreio da receita gerada**, devido, por um lado, ao défi ce no *enforcement* da legislação sobre o repatriamento da receita do turismo internacional (artigo 53 do Aviso n.º 20/GBM/2017, de 27 de Dezembro)²¹, e, por outro, ao défi ce no rastreio dos pagamentos feitos na origem e através de plataformas digitais como o Booking.com, Expedia, Airbnb, entre outros; e
- **Défi ce na estrutura de taxas do sector**, a exemplo da não previsão das taxas sobre o turismo e sobre as infra-estruturas, que poderiam ser cobradas por cada noite passada pelo turista nos estabelecimentos de acomodação.

V. Principais Recomendações

Tomando como referência o caso de sucesso de Zanzibar²² para a remoção dos entraves ao desenvolvimento de um turismo que traga maiores benefícios socioeconómicos, de forma sustentável, o estudo recomenda a identificação de uma circunscrição territorial de elevado potencial turístico na província de Inhambane, a eleger como **zona franca turística**, onde centrar as seguintes acções:²³

(i) Para fazer uma transformação estrutural do sector:

- **Dotar a zona de instituições profissionalizadas**, que exerçam o papel de verdadeiros *champions* da causa do desenvolvimento do turismo, com responsabilidades claras no contexto dos planos e estratégias que forem definidos.

Tais estruturas seriam, de entre outros, responsáveis por:

- Elaboração das estratégias de desenvolvimento do sector e monitorização da implementação;
- Busca/proposta de soluções para os investimentos;
- Desenvolvimento e diversificação do produto turístico;

²¹Pelas especificidades do sector, não há lugar a um termo de compromisso e nem intervenção das Alfândegas no processo de importação dos serviços de turismo.

²² O Anexo 8 mostra o nível de desenvolvimento do turismo em Zanzibar, comparativamente a Moçambique.

²³ Os Anexos 7 e 8 apresentam a experiência de Zanzibar na captação de receitas fiscais no sector do turismo e uma análise comparativa do sector do turismo de Inhambane (Moçambique) e Zanzibar (Tanzânia).

- Regulamentação e licenciamento do sector turístico;
 - *Marketing* do destino turístico; e
 - Pesquisa de mercados emissores de modo a atrair turistas internacionais de alto padrão, que gastam no destino turístico.
- **Realizar investimentos em infra-estruturas** (aeroporto com capacidade para receber aviões de grande porte, vias de acesso e comunicações) e serviços públicos (energia e água), incluindo através de parcerias público-privadas;
 - **Engajar grandes cadeias de hotéis internacionais.** Estas têm o condão de fazer o *marketing* do destino turístico nas origens, atraindo turismo de alto padrão.

(ii) Para tirar proveito do que actualmente é realizado:

- **Reforçar, através da digitalização, os mecanismos de rastreio de receita**, de modo a aumentar o contributo no fisco e no sistema bancário nacional;
- **Aperfeiçoar a grelha de taxas**, passando a incluir, por exemplo, a taxa sobre o turismo e a taxa de infra-estruturas, ambas cobradas por turista, por noite passada em estabelecimento hoteleiro, cujos proventos seriam usados para o desenvolvimento do sector; e
- **Enforcement do preconizado na legislação sobre o repatriamento da receita de exportação de bens e serviços** (artigo 53 do Aviso n.º 20/GBM/2017, de 27 de Dezembro), através de uma acção coordenada entre as autoridades tributárias e do sector.

VI. Questões para Debate

1. Qual é a circunscrição territorial mais bem posicionada na província de Inhambane para elevação à categoria de zona franca turística?
2. Como operar a transformação estrutural do turismo, na província de Inhambane, para alavancar a sua contribuição na economia?
3. O que deve ser feito para aumentar o investimento na diversificação do produto turístico na província de Inhambane?
4. Que acções podem ser desenvolvidas para minimizar as perdas fiscais na província de Inhambane?
5. Qual é o modelo adequado de turismo que a província de Inhambane precisa de promover: turismo de massas, de luxo, de negócios ou todos os modelos?

VII. Referências Bibliográficas

- AT (2014). Anuário Estatístico – Estatísticas Tributárias 2014. Maputo
- AT (2017). Anuário Estatístico – Estatísticas Tributárias 2017. Maputo
- AT (2019). Anuário Estatístico – Estatísticas Tributárias 2019. Maputo
- AT (2020). Anuário Estatístico – Estatísticas Tributárias 2020. Maputo
- AT (2021). Anuário Estatístico – Estatísticas Tributárias 2021. Maputo
- AT (2023a). *Base de Dados de Estatísticas de Receitas Fiscais Totais e do Sector do Turismo em Moçambique.*
- AT (2023b). *Base de Dados de Estatísticas de Receitas Fiscais Totais e do Sector do Turismo na Província de Inhambane.*
- BM (2023). *Balança de Pagamentos de Moçambique (2012-2022).*
- Dupeyras e McCallum (2013). *Indicators for Measuring Competitiveness in Tourism: A Guidance Document.* OECD Tourism Papers 2013/02. Disponível através de: <http://dx.doi.org/10.1787/5k47t9q2t923-en>.
- GoM (1995) - *Política Nacional do Turismo e Estratégia de Desenvolvimento do Turismo para 1995-1999.* Maputo
- DPTI (2014). *Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo da Província de Inhambane.* Inhambane
- INE (2020). *Estatísticas do Turismo da Província de Inhambane 2019.* Maputo
- INE (2021). *Estatísticas do Turismo, 2020.* Maputo
- INE (2022a). *Estatísticas do Turismo da Província de Inhambane 2021.* Maputo
- INE (2022b). *Estatísticas do Turismo, 2020-2021.* Maputo
- MICULTUR (2003). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo: 2004-2013.* Maputo
- MICULTUR (2006). *Estratégia de Marketing de Turismo: 2006-2013.* Maputo
- MICULTUR (2016). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo: 2016-2025.* Maputo
- MICULTUR (2017). *Estratégia de Marketing de Turismo: 2017-2021.* Maputo
- MICULTUR (2015). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique.* Maputo.
- MICULTUR (2020). *Indicadores de Referência na Área do Turismo 2019.* Maputo.
- MICULTUR (2022). *Indicadores de Referência na Área do Turismo 2021.* Maputo.
- SADC (2019). Southern African Development Community Tourism Programme 2020 – 2030. Disponível em: <https://www.sadc.int/document/sadc-tourism-programme -2020-2030>
- UNWTO (2021) *The Economic Contribution of Tourism and the Impact of Covid-19.*
- WEF (2011). *Travel and Tourism Competitiveness Report 2011.*
- WEF (2013). *Travel and Tourism Competitiveness Report 2013.*
- WEF (2015). *Travel and Tourism Competitiveness Report 2015.*
- WEF (2017). *Travel and Tourism Competitiveness Report 2017.*

WEF (2019). *Travel and Tourism Competitiveness Report 2019*.

WTTC (2023). Base de dados do Turismo Global. Disponível através de:

<https://www.unwto.org/tourism-data/global-and-regional-tourism-performance>

USAID (2014). *Mozambique's Tourism Competitiveness - What are the Potential Impacts of the Resource Boom*. Maputo

Anexos

Anexo 1: Quadro institucional do sector do turismo em Moçambique

Sector Público	
Instituição	Principais atribuições
Ministério da Cultura e Turismo (MICULTUR)	Órgão do Governo responsável pela coordenação, planificação e execução das políticas e estratégias nas áreas da cultura e turismo.
Instituto Nacional de Turismo (INATUR)	Entidade responsável pela implementação de programas públicos de <i>marketing</i> do destino turístico, promoção de formação na área de hotelaria e turismo, classificação de estabelecimentos turísticos e promoção de investimentos.
Direcções Provinciais da Cultura e Turismo (DPCULTUR)	Órgão que dirige e assegura a execução de actividades no âmbito da cultura e turismo a nível provincial.
Governo local: Os governos distritais e as autoridades municipais	Entidades governamentais responsáveis pela supervisão e facilitação de actividades de turismo e de gestão do processo de desenvolvimento do turismo a nível local (distritos e cidades).
Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC)	Órgão do MICULTUR responsável pela administração das áreas de conservação,
Sector Privado	
Instituição	Principais Atribuições
Confederação das Actividades Económicas (CTA) – Pelouro do Turismo	Entidade que faz a interface entre o Governo e o sector privado, organizado em associações económicas representativas das diferentes esferas da actividade económica, incluindo a de turismo (transporte, alojamento, restauração, entretenimento e intermediação).
Federação Moçambicana de Hotéis de Moçambique (FEMOTUR)	Entidade que congrega uma série de associações de hotelaria e turismo a nível nacional e local.
Associação de Agências de Viagens (AVITUM)	Entidades que têm como objecto a defesa e a divulgação dos interesses económicos dos seus associados. Representa interesses das empresas que operam nesta área.
Associações Provinciais de Turismo	

Fonte: Estratégia de *Marketing* de Turismo: 2017-2021

Anexo 2: Acções do Governo para impulsionar o sector do turismo

Entidade	Acções desenvolvidas
MICULTUR/INATUR	<p>Criação de zonas de interesse turístico (ZIT), que são áreas delimitadas com potencialidades turísticas específicas e que beneficiam de incentivos fiscais e aduaneiros para a implantação de projectos turísticos: (i) Chiuanga (Niassa); (ii) Zona florestal da Cidade de Lichinga (Niassa); (iii) Pemba e Costa Leste até Murrebué (Cabo Delgado); (iv) Lumbo e Sancul (Nampula); (v) ilhas Crusse e Jamali (Nampula); (vi) Mapanzene e Chipongo (Inhambane) e (vii) Baía de Pemba (Cabo Delgado).</p> <p>Eleição de cinco destinos prioritários: (i) Maputo – turismo cultural, de negócios e eventos, (ii) Vilankulo – turismo de sol e praia e de aventura, (iii) Gorongosa – turismo de aventura e cinegético, (iv) Quirimbas – turismo de sol e praia, cultural e de aventura e cinegético, e (iv) Niassa – turismo de aventura e de ecoturismo.</p> <p>Acções de promoção do produto e destino turístico: (i) campanhas de <i>marketing</i> e divulgação dos destinos turísticos nacionais e (ii) participação em feiras e eventos internacionais de turismo</p> <p>Actividades de formação: (i) capacitação dos recursos humanos do sector; (ii) certificação e classificação das unidades de alojamento e restauração e bebidas; e (iii) gestão do património turístico do estado (empreendimentos turísticos).</p>
<p>Governo da Província de Inhambane (DIPICULTUR/Governo do Distrito da Massinga e Governo do Distrito de Vilankulo)</p> <p>Secretaria de Estado da Província de Inhambane</p>	<p>Implementação de acções para promoção do destino turístico: (i) Programa Nacional de Bem Servir e monitoria da época alta do turismo; (ii) Campanhas de Boas-vindas; (iii) introdução do Selo Limpo e Seguro e (iii) Pacote de Medidas de Aceleração Económicas (PAE).</p> <p>Realização de acções de formação: (i) capacitação de guias turísticos; (ii) capacitação de colaboradores em acções de qualificação em áreas operacionais de hotelaria e similares e (iii) capacitação de técnicos dos distritos e municípios, ligados ao sector de turismo, em matérias de harmonização de planificação e licenciamento.</p> <p>Outras acções: (i) repovoamento da Reserva de Pomene; (ii) aceleração do processo de acesso a terra para investimentos no sector do turismo.</p>
Conselho Municipal da Cidade de Inhambane	(i) flexibilização do processo de licenciamento das estâncias turísticas; (ii) formação de seus quadros e (iii) uso de plataformas digitais para promoção do destino turístico Inhambane.
Conselho Municipal de Vilankulo	(i) uso de plataformas digitais para promoção do destino turístico Vilankulo; (ii) facilitação de procedimentos para o licenciamento de empreendimentos turísticos; (iii) produção e distribuição de panfletos e cartazes sobre os produtos turísticos disponíveis; (iv) promoção do turismo comunitário; (v) realização de campanhas de bem servir e de feiras do turismo e (vi) melhoramento de vias de acesso.

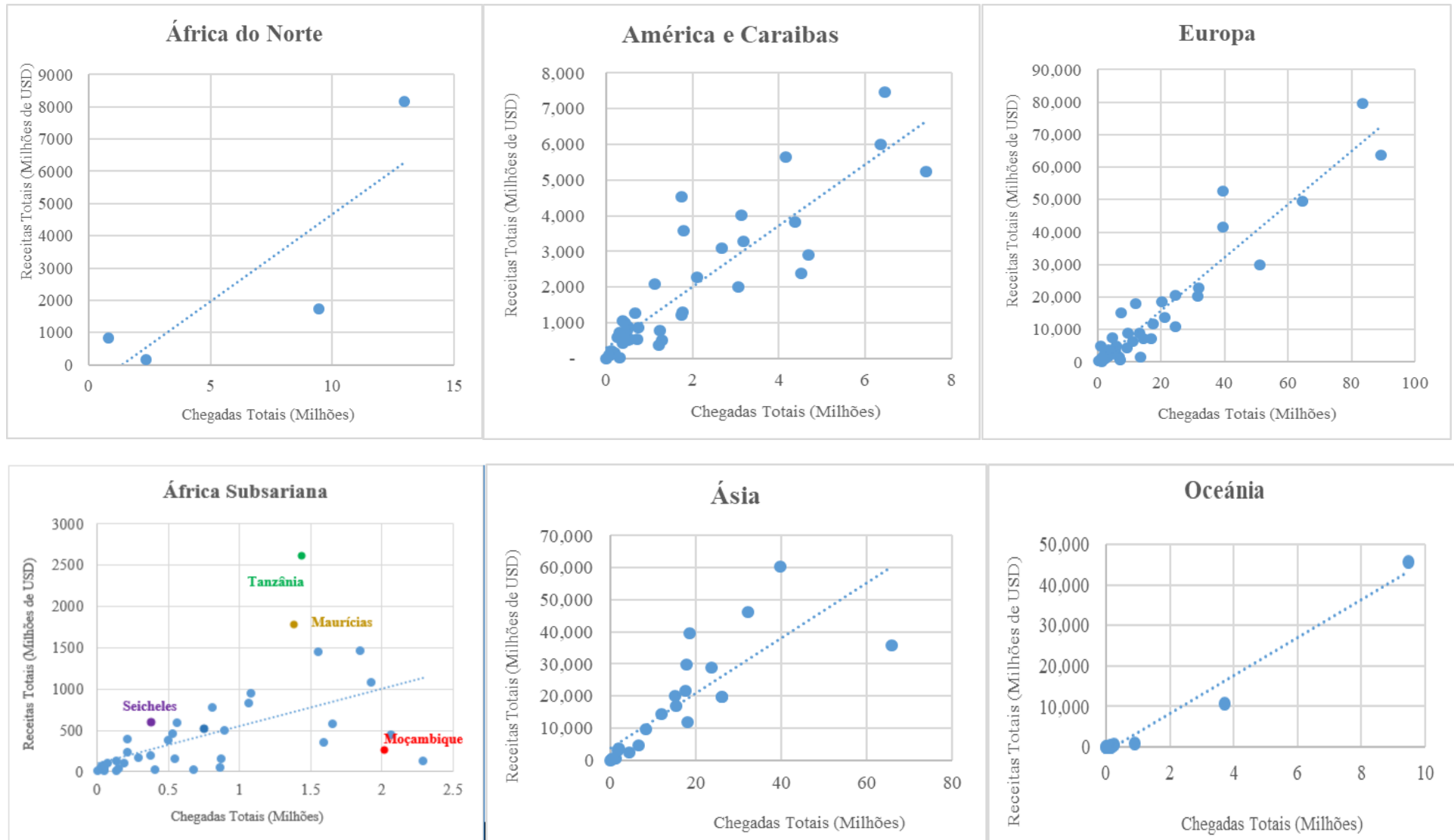
Notas: (i) Estas informações foram compiladas das entrevistas realizadas e documentos recebidos das entidades acima indicadas.

- (i) O Conselho Municipal da Vila de Massinga não consta desta lista, pelo facto de a sua área de jurisdição não incluir estâncias turísticas localizadas no litoral.

Anexo 3: Avaliação dos planos estratégicos e das estratégias de *marketing* do sector do turismo

Plano e Estratégia	Objectivos Principais	Metas	Resultados Alcançados	Observações
Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo: 2004-2013	Promover o investimento do sector para a expansão da capacidade de alojamento e dos serviços similares	<p>Chegadas de turistas internacionais e fluxo de turistas doméstico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atingir uma taxa de crescimento média de 6% (2011-2013); 	<p>Meta não alcançada</p> <p>Entre 2010 e 2013, a taxa de crescimento de chegadas de turistas internacionais foi de 4%.</p>	
Estratégia de Marketing de Turismo: 2006-2013	Melhorar a qualidade do produto turístico	<p>Receitas de turismo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incrementar a taxa de ocupação média dos hotéis, para acima de 50% (2006-2010) 		
O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo: 2016-2025	Remover as barreiras críticas do sector por forma a promover um maior influxo de visitantes para os principais destinos turísticos do país	<p>Chegadas de turistas internacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incremento de chegadas internacionais, para uma média anual de 2,1 milhões de visitantes; 	<p>Meta alcançada</p> <p>Entre 2017 e 2019, a média anual de chegadas, de turistas internacionais, fixou-se em 2,1 milhões,</p>	Não obstante a implementação deste plano estar a ser afectada pelos efeitos negativos da eclosão da COVID-19, bem como pelos recentes choques climáticos (Idai e Kenneth), pode ter havido uma sobrestimação dos objectivos, particularmente na definição das metas de receitas e do fluxo de turismo doméstico.
Estratégia de Marketing de Turismo: 2017-2021		<p>Fluxo de turistas doméstico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incremento de turistas domésticos, para uma média anual de 4,9 milhões. 	<p>Meta não alcançada</p> <p>Entre 2017 e 2019, a média anual de chegadas, de fluxo de turistas domésticos, foi de 204,2 mil, portanto, aproximadamente 96% abaixo da meta.</p>	
		<p>Estadia média dos turistas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento do tempo de estadia de cada turista, para uma média de 4,4. 	<p>Meta não alcançada</p> <p>Entre 2017 e 2019, a estadia média de turistas foi de 1,8, portanto, 56% abaixo da meta.</p>	
		<p>Receitas de turismo internacional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento de receitas de turismo internacional, de USD 1,4 bilião para USD 4,2 biliões (média de USD 420 milhões por ano); 	<p>Meta não alcançada</p> <p>Entre 2017 e 2019, a média de receitas provenientes do turismo internacional foi de cerca de USD 215 milhões (48,8% abaixo da meta).</p>	
		<p>Receitas de turismo doméstico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento de receitas do turismo doméstico, de USD 1,8 bilião para USD 5,8 biliões (média de USD 580 milhões por ano). 	<p>Meta não alcançada</p> <p>Entre 2017 e 2019, a média de receitas provenientes do turismo doméstico é estimada em cerca de USD 398,60 milhões (31,3% abaixo da meta).</p>	
	<p>Emprego na área de turismo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incremento de postos de emprego directo na área do turismo de 59 900 para 143 700; • Incremento de postos de emprego indirecto na área do turismo de 173 700 para 416 700. 	<p>Meta não alcançada</p> <p>Entre 2017 e 2019, o emprego no sector do turismo aumentou ligeiramente, passando para uma média anual de 64 105, um nível que se situa em 55% abaixo da meta estabelecida.</p>		

Anexo 4: Receitas totais vs. chegadas de turistas internacionais por regiões, 2019



Fonte: UNWTO (2020)

Anexo 5: Perfil dos Trabalhadores e dos Estabelecimentos Turísticos da Província de Inhambane

Os perfis são definidos com base na característica que mais se observa para cada uma das questões que foi feita aos trabalhadores e às estâncias turísticas entrevistadas.

A. Perfil dos Trabalhadores

Característica	Cidade de Inhambane	Distrito da Massinga	Distrito de Vilankulo
Sexo	Masculino (66%)	Masculino (85%)	Masculino (62%)
Idade	36 a 45 anos (42%)	Acima de 46 anos (45%)	20 a 35 anos (48%)
Estado civil	Solteiro (85%)	Solteiro (70%)	Solteiro (67%)
Nível de formação	Secundário (59%)	Primária (50%)	Secundário (60%)
Agregado familiar	Entre 6 e 10 membros (51%)	Entre 6 e 10 membros (65%)	Entre 6 e 10 membros (63%)
Função no estabelecimento	Servente (31%)	Segurança/Guarda (45%)	House Keeping (28%)
Tempo de serviço	Mais de 5 anos (40%)	Mais de 5 anos (65%)	Mais de 5 anos (42%)
Regime de contrato	Permanente (79%)	Permanente (65%)	Permanente (86%)
Actividade anterior	Conta própria (53%)	Conta-própria (55%)	Sector do Turismo (37%)
Salário mensal	Acima de 7700 MT (63%)	Abaixo de 7700 MT (55%)	Acima de 7700 MT (54%)
O emprego neste estabelecimento melhora a sua condição de vida?	Sim (83%)	Sim (63%)	Sim (69%)
Tem outras fontes de rendimento?	Não (74%)	Não (65%)	Não (81%)

Nota: Os valores entre parênteses indicam a percentagem de indivíduos com a característica indicada.

B. Perfil dos estabelecimentos turísticos do distrito de Vilankulo

Característica	Distrito de Vilankulo
Tempo de existência	Mais de 10 anos (52%)
N.º de quartos	Entre 10 e 20 (62%)
Origem do investimento	Estrangeiro (54%)
Fonte de financiamento do investimento	Capital próprio (67%)
Maiores clientes	Turistas de países africanos (39%)
Estadia média dos turistas	3 a 4 dias (41%)
Plataforma usada para reserva de hospedagem	Booking.com (54%)
Canais de pagamento dos turistas internacionais	Transferências para bancos moçambicanos (39%) Pagamentos em POS (39%)
Canais de pagamento dos turistas domésticos	Pagamentos em POS (53%)
Enquadramento do regime fiscal	Regime geral do IVA (92%)

Nota: Os valores entre parênteses indicam a percentagem de indivíduos com a característica indicada.

Anexo 6: Opinião das comunidades de Chigamane e Macune relativamente ao impacto da actividade de turismo nas suas condições de vida

	Chigamane	Macune
Que benefícios a actividade de turismo tem trazido para a comunidade?	Apenas um número reduzido de prestadores de serviços turísticos tem dado apoio à comunidade na disponibilização de água e energia.	Foram construídas 3 residências para professores primários da comunidade.
Quais os factores negativos que resultam da actividade de turismo nesta comunidade?	Os investidores não cumprem com as suas promessas de apoio à comunidade na implantação de infra-estruturas básicas e absorção da mão-de-obra local, privilegiando pessoas de outras partes de Vilankulo, de outras províncias de Moçambique e estrangeiros; As estâncias turísticas não compram a produção agrícola e pesqueira da comunidade; Alguns investidores turísticos adquirem terras e depois as "abandonam" o que propicia o aumento dos níveis de criminalidade na comunidade.	Os investidores privilegiam mão-de-obra estrangeira, e quando empregam trabalhadores locais estes desempenham funções auxiliares; As estâncias turísticas não compram a produção agrícola e pesqueira da comunidade; A ocupação de extensas áreas, pelos investidores do sector do turismo, reduz as fontes de subsistência da comunidade local; Os proprietários dos empreendimentos turísticos não apoiam a comunidade.
Na vossa percepção, o que mais deve ser feito para maximizar os benefícios do turismo nesta comunidade?	Melhoria das vias de acesso e apoio na provisão de água potável, energia eléctrica e construção de escola secundária; Promoção do turismo comunitário; Compra da produção local pelas estâncias turísticas; Absorção da mão-de-obra local, principalmente dos jovens.	Melhoria das vias de acesso e disponibilização de água potável e energia eléctrica; Promoção do turismo comunitário e intercâmbio cultural entre a comunidade e os turistas.

Anexo 7: Experiência de Zanzibar na captação de receitas fiscais no sector do turismo

Aprimoramento constante dos regimes fiscais aplicado às empresas do sector

- 2007: introdução de uma tarifa diária de referência mínima por pessoa/noite, de USD 70 para efeitos de IVA sobre a acomodação, aplicável a todos os *packages tourists*;
- 2012: introdução dos seguintes escalonamentos do *levy tax* por pessoa/noite aplicável sobre a acomodação em estabelecimentos que cobram abaixo de USD 100 por pessoa por noite:
 - USD 5 para estabelecimentos que cobram no intervalo de USD 1 – USD 25;
 - USD 8 para estabelecimentos que cobram no intervalo de USD 26 – USD 45;
 - 18%, sem dedução da taxa sobre os *inputs*, para estabelecimentos que cobram no intervalo de USD 46 – USD 99;
 - Para todos os estabelecimentos que cobram a partir de USD 100 por pessoa por noite, aplica-se o regime de IVA, a uma taxa de 18%.
- Todos os outros serviços (*restaurante, tour operator*) são taxados o IVA, a 18%;
- Adicionalmente, aplica-se, a partir de Julho de 2023, uma taxa sobre as infra-estruturas, nos seguintes termos:
 - USD 5 por pessoa por noite, para hotéis de 4 a 5 estrelas;
 - USD 4 por pessoa por noite, para hotéis de 2 a 3 estrelas; e
 - USD 2 por pessoa por noite, para hotéis de até 1 estrela.

Aposta na digitalização do rastreio das receitas geradas pelos turistas

- A Zanzibar Revenue Authority (ZRA) apostou no desenvolvimento, *in house*, de sistemas informáticos que permitem integração com os sistemas informáticos universais usados pelos hotéis para os registos relativos à estada e pagamentos dos seus clientes, a exemplo do Ezee, protel etc.
- Trata-se dos sistemas:
 - *Virtual Fiscal Management Systems (VFMA)*, desenvolvido *in house* pelo ZRA, que permite obter informação em tempo real sobre entrada de turistas, os valores pagos e os impostos a serem pagos; e
 - *Zanzibar Integrated Domestic Revenue Administration System (ZIDRAS)*, para introdução manual pelos hotéis que não tenham sistemas integrados com o VFMA.

Igualmente, o ZRA introduziu uma unidade técnica, responsável por questões de preços de transferência (*transfer pricing*), para lidar com questões de *under pricing* entre unidades hoteleiras em Zanzibar e as matrizes.

Anexo 8: Análise comparativa do sector do turismo: província de Inhambane (Moçambique) vs. Zanzibar

A tabela abaixo (Tabela 2) compara as experiências da província de Inhambane às do Arquipélago de Zanzibar, região autónoma da República Unida da Tanzânia, considerada um caso de sucesso na angariação de turistas internacionais, com reflexos, não só nas diferentes estatísticas sobre o sector (incluindo as receitas da BoP e Fiscal), como também no desempenho dos outros sectores de actividade, dada a sua natureza transversal.

Tabela 2: Matriz comparativa da província de Inhambane (Moçambique) vs. Zanzibar no sector do turismo

	Moçambique	Província de Inhambane	Zanzibar
Contribuição Socioeconómica (2019)			
PIB/produção global	4% do PIB	4% da produção global da província	29% do PIB
Exportações de serviços	30% das receitas de exportação (BoP)	n/a	80% das receitas de exportação
Receita fiscal	0,15% das receitas fiscais	15,7% das receitas fiscais	50% das receitas fiscais
Emprego	13,4% (64,136)	11,3% (7,519) (1,5 milhão de habitantes)	10% (22,000) (1,7 milhão de habitantes)
Organização do Sector Público			
Quadro institucional	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura e Turismo Instituto Nacional de Turismo Direcções Provinciais da Cultura e Turismo Governo local: Governos Distritais e Autoridades Municipais Administração Nacional das Áreas de Conservação 	<ul style="list-style-type: none"> Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Inhambane Autoridade Tributária de Moçambique – Delegação da província de Inhambane 	<ul style="list-style-type: none"> Ministry of Tourism and Heritage Zanzibar Commission of Tourism Zanzibar Revenue Authority Bank of Tanzania Zanzibar Investment Promotion Authority Ministry of Blue Economy and Fisheries
Organização do Sector Privado			
	<ul style="list-style-type: none"> Confederação das Associações Económicas – Pelouro do Turismo Federação Moçambicana de Hotéis de Moçambique Associação dos Agentes de Viagens e Operadores Turísticos de Moçambique Associações Provinciais de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Empresarial da Província de Inhambane Associação Provincial de Hotelaria e Turismo de Inhambane 	<ul style="list-style-type: none"> Zanzibar Association Tourism Investors Zanzibar Association of Tour Operators
Visão sobre o sector	O Governo eleger o sector do turismo como um dos pilares para o crescimento e desenvolvimento socioeconómico do país. Neste âmbito, a estratégia de desenvolvimento do sector perspectiva que "...até o ano de 2025 Moçambique será o destino turístico mais vibrante, dinâmico e exótico de África, famoso pelas suas praias e atracções litorais tropicais que	Elevar a indústria do turismo para novos patamares, através de uma abordagem estratégica mobilizadora de modo a posicionar a província como destino de referência no mercado regional e global. Para tal, prevê-se uma mudança do paradigma de desenvolvimento do turismo, que deixa de ser focalizado no alojamento	Zanzibar está a implementar, desde 2020, a visão 2050, suportada pela promoção de investimentos massivos directos estrangeiros e contempla um <i>revamping</i> do paradigma do turismo, catapultando o turismo de luxo, com menor impacto ambiental, em ilhotas concessionadas.

	Moçambique	Província de Inhambane	Zanzibar
	dá boas-vindas a mais de 4 milhões de turistas por ano...e os seus benefícios darão um contributo significativo para o PIB, trazendo riqueza e prosperidade para as comunidades do País...”	turístico para dar prioridade ao desenvolvimento do produto e valorização da cultura local. (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo da Província de Inhambane 2014-20)	
Principais acções do Governo	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de zonas de interesse turístico; • Eleição de 5 destinos prioritários: Maputo, Vilankulo, Gorongosa, Quirimbas e Niassa. • Pacote de Medidas de Aceleração Económica no sector do turismo; • Acções de promoção do produto e destino turístico através da realização de campanhas de <i>marketing</i> e divulgação dos destinos turísticos nacionais e participação em feiras e eventos internacionais de turismo; • Actividades de formação e capacitação dos recursos humanos do sector. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de acções para promoção do destino turístico; • Realização de acções de formação; • Repovoamento da Reserva de Pomene; • Aceleração do processo de acesso à terra para investimentos no sector do turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em feiras e exposições internacionais sobre o turismo, onde o produto e o destino turístico “Zanzibar” são promovidos/publicitados; • Concessão de ilhotas a investidores estrangeiros, em regime de exclusividade, para a instalação de estâncias turísticas de luxo. Zanzibar conta com 42 ilhotas; • Concessão de infra-estruturas históricas, para conservação e operação de forma comercial, em parceria com o sector privado.
Estrutura de impostos e taxas do sector do turismo	<p>A actividade de turismo em Moçambique está sujeita às imposições legais genéricas previstas no ordenamento jurídico tributário vigente em Moçambique (regime geral de tributação):</p> <ul style="list-style-type: none"> • IVA (16%) • IRPC • IRPS • Outros impostos e taxas (direitos aduaneiros e Imposto sobre Consumo Específico etc.). 	<p>As empresas do sector do turismo na província de Inhambane estão sujeitas ao regime fiscal vigente em Moçambique.</p> <p>Taxa de turismo: valor pago por cada turista, por noite de permanência na estância turística.</p>	<p>As empresas que operam no sector do turismo canalizam para o fisco os seguintes impostos e taxas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>hotel levy</i>: uma espécie de imposto de turismo que é cobrado por pessoa por noite passada num estabelecimento de acomodação (USD 5 a 8, para dormidas até \$99 por noite e 18% da dormida para dormidas superiores a USD 99) • <i>infrastructures tax</i>, por pessoa por noite passada num estabelecimento de acomodação (USD 2 a 5, consoante o número de estrelas do estabelecimento); • IVA, de 18%, aplicado a todos os outros serviços (restaurante, <i>tour operator</i>, etc.).
Principais desafios			

	Moçambique	Província de Inhambane	Zanzibar
Captação/repatriamento de receitas do turismo	Os elementos que concorrem para a fragilidade no processo de captação de receitas fiscais são: <ul style="list-style-type: none"> Deficiências no registo e controlo de entrada de turistas; Fragilidade na monitoria dos fluxos de receitas decorrentes de pagamentos feitos na origem e através das plataformas digitais; Fraco <i>enforcement</i> do estipulado no artigo 53 do Aviso n.º 20/GBM/2017, de 27 de Dezembro; e Limitações na estrutura de impostos e taxas, específicas do sector. 	Os elementos que concorrem para a fragilidade no processo de captação de receitas fiscais, a nível nacional, replicam-se na província de Inhambane.	Perdas fiscais resultantes de: <ul style="list-style-type: none"> Pagamento dos pacotes de serviços turísticos nos locais de origem dos turistas; e Reservas e pagamentos de serviços turísticos através de plataformas digitais, Falta de tributação do <i>e-commerce</i>.
Competitividade do sector	A competitividade do sector do turismo, em Moçambique, é limitada, principalmente, por: <ul style="list-style-type: none"> baixo nível de priorização (orçamento) do sector pelo governo; limitadas infra-estruturas de turismo e de apoio ao sector; baixa diversificação de produtos turísticos e <i>marketing</i>; e baixa formação técnico-profissional dos trabalhadores do sector. 	Os factores que limitam a competitividade do sector do turismo em Moçambique replicam-se na província de Inhambane.	De uma forma geral, o sector do turismo em Zanzibar apresenta um elevado nível de competitividade. No entanto, persistem alguns desafios no melhoramento das infra-estruturas, sobretudo na ilha de Pemba, a segunda maior ilha do arquipélago, que, por exemplo, no momento, não tem nenhuma ligação aérea internacional e com poucos investimentos em estâncias turísticas.
Pontos Fortes			
	<ul style="list-style-type: none"> Extensão da costa e a uma diversidade de vida marinha; Influxo de turistas internacionais maior que a média da região Austral de África; O “boom” dos recursos minerais que estimula o crescimento nas viagens de turismo de negócio; Implementação do Programa de Aceleração Económica, com destaque para a isenção de vistos de entrada para cidadãos de 29 países. 	<ul style="list-style-type: none"> Extensão da costa e a uma diversidade de vida marinha; Principal destino turístico de lazer (sol e praia), a nível nacional. É também o destino turístico onde os turistas despendem mais tempo durante a sua visita a Moçambique; O “boom” dos recursos minerais que estimula o crescimento nas viagens de turismo de negócio; Implementação do Programa de Aceleração Económica, com destaque para a isenção de vistos de entrada para cidadãos de 29 países. 	<ul style="list-style-type: none"> A maioria dos turistas internacionais são oriundos de países fora do continente africano, e com elevado poder de compra (Itália, França, Reino Unido e Alemanha, e mais recentemente Rússia, Ucrânia, Polónia, China e as Arábias). Existência de várias cadeias internacionais de hotéis que proporcionam acomodação de alto padrão para turistas com elevado poder de compra.

	Moçambique	Província de Inhambane	Zanzibar
			<ul style="list-style-type: none"> • Elevado investimento na promoção do destino turístico “Zanzibar”; • A estabilidade política, segurança pública e bom ambiente de negócio promovido pelo governo. • O turismo é a principal actividade económica de Zanzibar, representando cerca de 50% de toda a actividade económica da região.
Pontos Fracos			
	<ul style="list-style-type: none"> • A maior parte dos turistas internacionais (80%) são da região Austral de África (África do Sul e Zimbabwe), com baixo nível de realização de despesas na sua visita: <ul style="list-style-type: none"> ○ Questão das caravanas • Existência de poucas cadeias internacionais de hotéis (<i>chain hotels</i>) com alto padrão de serviços, propícios para os <i>packages tourists</i>; • Terrorismo e raptos, que criam uma percepção de insegurança aos investidores do sector e aos turistas internacionais. Os conflitos armados internos também continuam na memória dos turistas; • Baixo nível de priorização (orçamento) do sector pelo Governo. 	<ul style="list-style-type: none"> • A maior parte dos turistas internacionais (80%) são da região Austral de África (África do Sul e Zimbabwe), com baixo nível de realização de despesas na sua visita; • Existência de poucas cadeias internacionais de hotéis com alto padrão de serviços; • Limitada dotação do orçamento do Estado para o sector do turismo. 	

Da comparação acima apresentada, notam-se grandes diferenças entre a província de Inhambane e Zanzibar, no seguinte:

- Maior aposta das autoridades de Zanzibar no sector do turismo, sobretudo em:
 - Engajamento de investidores estrangeiros, que tem resultado em:
 - Proliferação de grandes cadeias internacionais de hotéis, que providenciam condições de alto padrão para os turistas (regra geral, *full house*),
 - *Marketing* do destino turístico no ultramar por parte dos investidores.
 - *Marketing* do produto e do destino turístico “Zanzibar”, através de órgãos profissionalizados, a exemplo da Zanzibar Commission of Tourism (ZCT), com dotação orçamental compatível com a escala da sua actividade;
 - Boa rede de infra-estruturas como estradas, e de utilidades como a água e a energia;
 - Eficiente sistema de transportes, incluindo os marinhos de ligação entre as ilhas e o continente;
 - Engajamento do sector privado em todas as iniciativas ligadas ao desenvolvimento do sector do turismo;
 - Diversificação dos mercados emissores de turistas internacionais, apostando em países com elevado poder de compra.

Anexo 9: Competitividade do sector do turismo em Moçambique na região da SADC

Moçambique apresenta baixos níveis de competitividade²⁴, tendo em 2019 ocupado a posição 127 (de um total de 140 países) do índice de competitividade mundial do turismo (WEF, 2019)²⁵. À semelhança do que acontece em Moçambique, a província de Inhambane apresenta baixos níveis de competitividade, influenciados, fundamentalmente, pelos seguintes factores: (i) baixo nível de priorização do sector do turismo pelo Governo; (ii) limitadas infra-estruturas; (iii) baixa diversificação de produtos turísticos e *marketing*; e (iv) baixa formação técnico-profissional dos trabalhadores do sector.

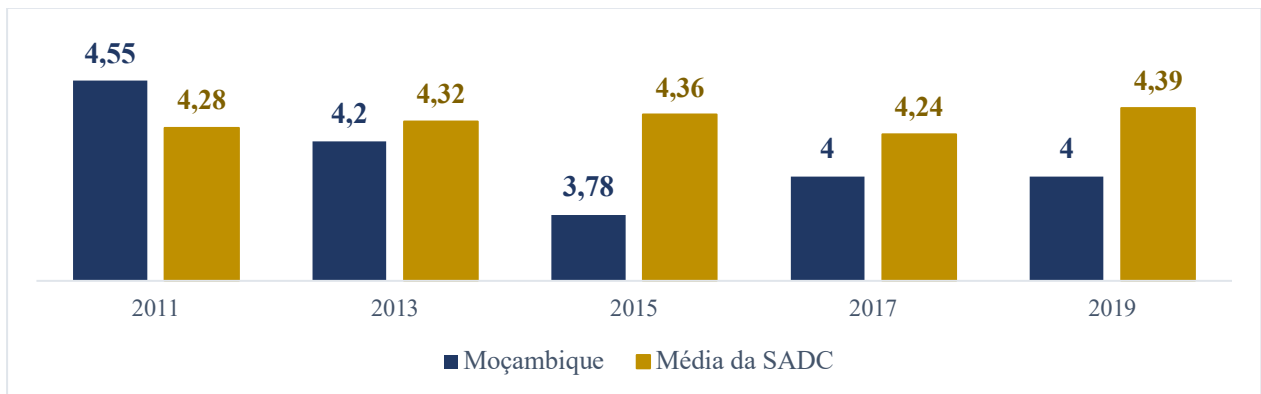
(i) Baixo nível de priorização do sector do turismo pelo Governo

Ao contrário da tendência da região, o sector de turismo em Moçambique tende a ser cada vez menos uma prioridade do Governo. Os relatórios do índice de competitividade do sector do turismo, para o período compreendido entre 2011 e 2019, sugerem que o sector do turismo em Moçambique tende a ser cada vez menos uma prioridade do Governo, tendo este indicador reduzido de 4,6, em 2011, para 4,0, em 2019, num contexto em que, no mesmo período, a média da região austral de África aumentou de 4,3 para 4,4. Portanto, na óptica deste índice, o investimento público em infra-estruturas de apoio ao sector do turismo, em Moçambique, é relativamente inferior à média observada nos outros países da SADC, o que tem implicações negativas na capacidade de o país mobilizar recursos necessários para o desenvolvimento do sector. De entre estas capacidades, destaca-se a coordenação das acções dos intervenientes do sector, a atracção de investimento privado e a realização de campanhas de *marketing* para a promoção do destino turístico Moçambique, no mercado internacional.

²⁴ Competitividade no sector de turismo é definido como a capacidade de um destino turístico oferecer serviços de qualidade, otimizando a relação custo benefício Dupeyras e McCallum (2013) *apud* USAID (2014).

²⁵ Neste indicador, o nível de competitividade é classificado numa escala crescente de 1 a 7.

Nível de priorização do sector de turismo: Moçambique vs. outros países da SADC, 2011 - 2019



Fonte: World Economic Forum (2019)

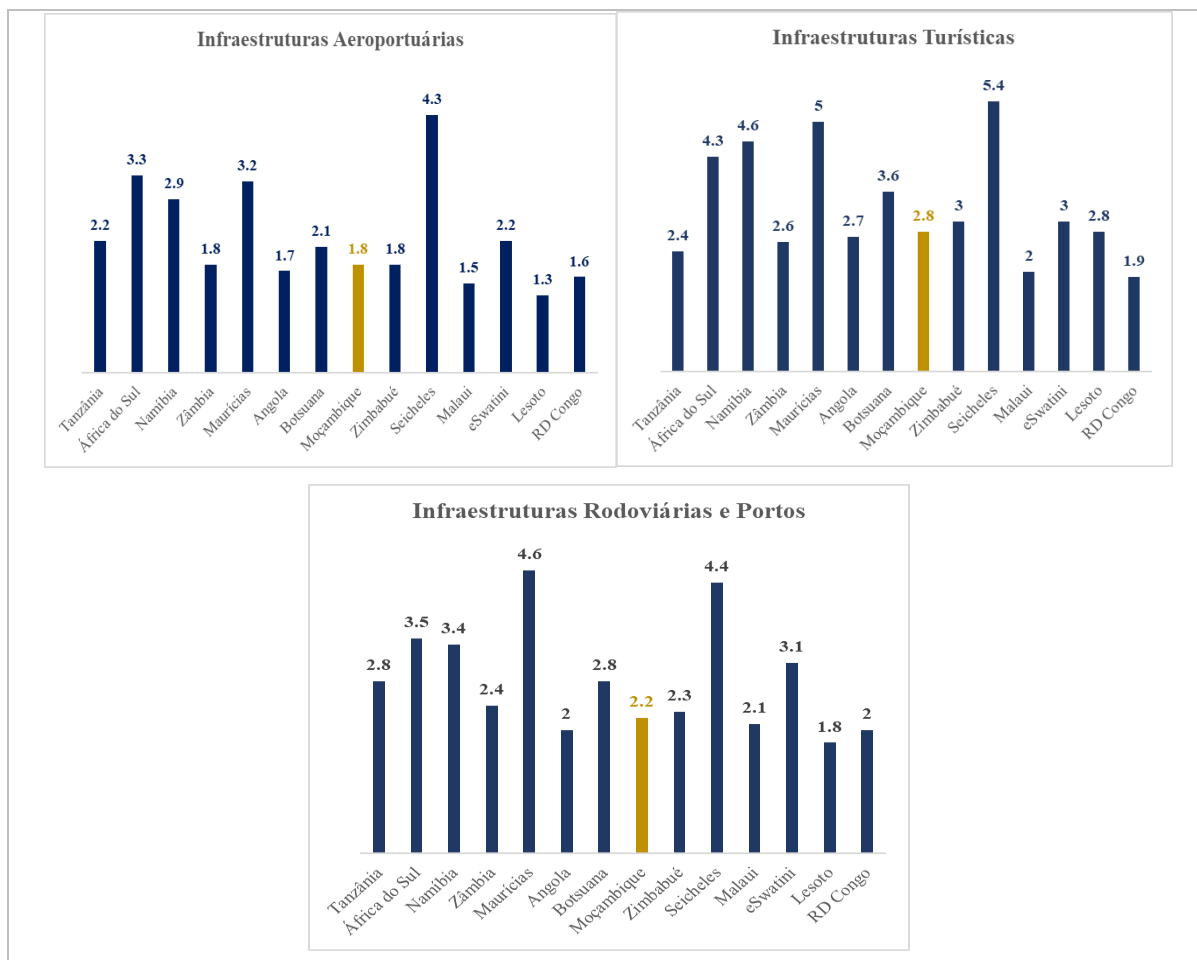
(ii) Limitadas infra-estruturas

Moçambique, em geral, e a província de Inhambane, em particular, apresentam limitações nas infra-estruturas turísticas e de apoio ao sector de turismo. Em termos de infra-estruturas aeroportuárias, rodoviárias e portuárias e turísticas, o *ranking* do WEF de 2019 coloca Moçambique abaixo da média da região da SADC:

- **Infra-estruturas aeroportuárias** - a ausência de infra-estruturas aeroportuárias que permitam a ligação área directa entre a cidade de Inhambane e outras cidades regionais e internacionais reduz a mobilidade (realização de mais do que duas conexões para chegar ao destino turístico) e encarece a viagem.
- **Infra-estruturas rodoviárias** - as más condições das vias de acesso rodoviárias, particularmente as direccionadas aos principais destinos turísticos, aumentam o tempo de viagem dos turistas e afectam, negativamente, a experiência destes, durante a sua visita a Moçambique.
- **Infra-estruturas turísticas** – não obstante alguma evolução observada nos últimos anos persistem desafios para o melhoramento da qualidade das estâncias turísticas, nos padrões internacionais. Por exemplo, das 313 estâncias turísticas existentes na província de Inhambane, cerca de 90% têm classificação muito baixa (56% com 2 estrelas e 30% com apenas 1 estrela) (DIPICULTUR, 2023). A grande maioria dos estabelecimentos hoteleiros não apresenta padrões equiparáveis aos das cadeias internacionais de hotéis que se encontram nos principais destinos turísticos de sol e praia, com centenas de quartos e serviços de alto padrão. Este é um dos principais

handicaps na atracção de turismo de massas de alto padrão, que procura estabelecimentos de referência internacional.

Competitividade do sector do turismo: Moçambique vs. outros países da SADC, 2019



Fonte: WEF (2019)

Notas: Este subíndice capta a disponibilidade e qualidade da infra-estrutura física de um país e engloba três pilares: (i) infra-estruturas aeroportuárias (medição da quantidade de transporte aéreo, utilizando indicadores como: disponibilidade de lugares, número de voos, número de companhias aéreas em operação no país e a qualidade das infra-estruturas aeroportuárias para voos nacionais e internacionais); (ii) infra-estruturas rodoviárias e portuárias (medido pela existência de estradas, incluindo não pavimentadas e redes ferroviárias extensas com padrões internacionais de conforto, segurança e eficiência modal); e (iii) infra-estruturas turísticas (avaliação da disponibilidade e qualidade de acomodação, acesso a entretenimento, número de quartos, complementado pela extensão de acesso a serviços como aluguer de carros e ATM).¹

Experiência da Namíbia no investimento em infra-estruturas para o desenvolvimento do turismo

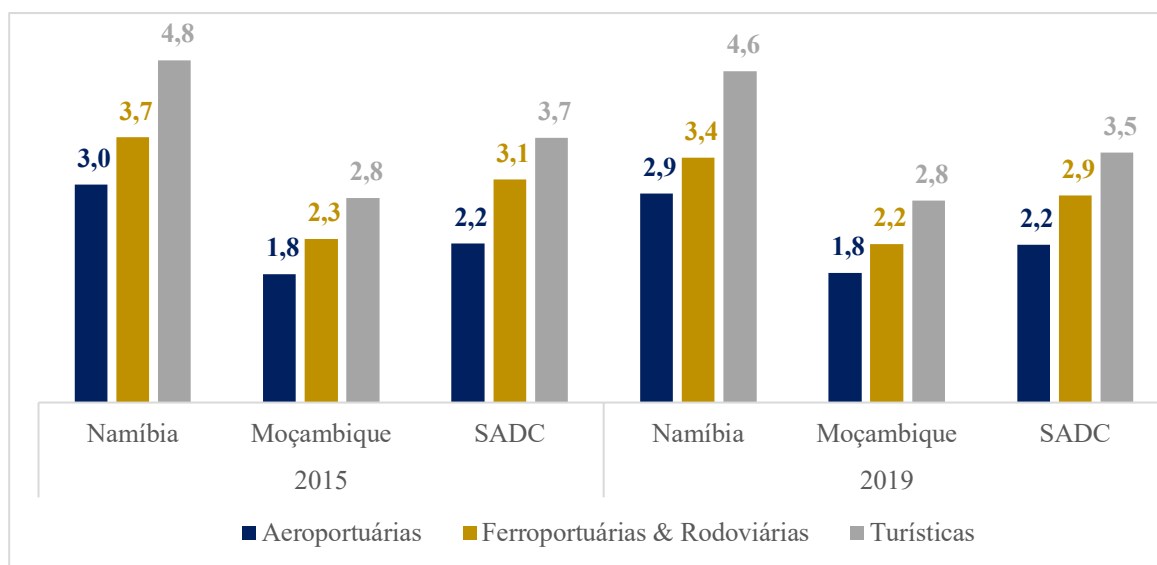
A partir de Setembro de 2016, a Namíbia começou a implementar uma estratégia para o crescimento sustentável do turismo e promoção do investimento no sector²⁶. O objectivo da mesma, com vigência de 10 anos, é transformar a Namíbia no destino turístico mais competitivo de África, sendo o investimento em infra-estruturas de apoio ao turismo, uma das suas principais apostas. O plano de investimento em infra-estruturas envolve a:

1. **Mobilização de fundos:** público, privados e resultantes de parcerias público-privadas;
2. **Introdução de um pacote de incentivos:** os incentivos, que visam atrair mais investimento privado doméstico e estrangeiro, têm três dimensões: (i) *incentivos fiscais*, que incluem isenções fiscais especiais, deduções ou subsídios, bem como isenções de direitos aduaneiros; (ii) *incentivos financeiros*, que incluem subvenções, bem como empréstimos bancários em condições favoráveis; e (iii) *incentivos não financeiros*, que incluem aspectos como celeridade no registo e licenciamento da actividade económica, facilitação na identificação de parceiros de investimento.

Este programa de combinação investimentos públicos e privados, implementado pelo governo da Namíbia, tem ajudado a manter um bom nível de desenvolvimento de infra-estruturas de apoio ao turismo, cenário diferente ao da estagnação e/ou deterioração da qualidade que se verifica ao nível da maioria dos países da SADC, cujos planos estratégicos de desenvolvimento do turismo não têm dado uma atenção especial à questão de infra-estruturas de apoio a este sector.

²⁶ https://www.meft.gov.na/files/downloads/656_Tourism%20Investment%20Strategy%20NTIPPS.pdf

Comparação do nível de desenvolvimento de infra-estruturas: Moçambique vs. Namíbia, 2015 e 2019



Fonte: WEF (2023)

Nota: Nesta análise foram considerados 14 países da SADC (República Democrática do Congo e Comores foram excluídos por indisponibilidade de dados). Destes países, apenas Tanzânia e Angola registaram uma ligeira melhoria (+0.1). No entanto, apresentam um nível de desenvolvimento muito inferior ao da Namíbia. Moçambique (0.0), Botswana (0.0), Zimbabwe (-0.1) e Eswatini (-0.1) registaram uma redução no índice inferior ao observado na Namíbia (-0.2). No entanto, todos têm um nível de desenvolvimento de infra-estruturas de apoio ao turismo inferior ao da Namíbia.

(iii) Baixa diversificação de produtos turísticos e marketing

A oferta de produtos turísticos na província de Inhambane concentra-se na modalidade de sol e praia. O potencial turístico da província de Inhambane é composto por seis modalidades, nomeadamente: (i) sol e praia, (ii) religioso e cultural, (iii) ecoturismo, (iv) safari e cinegético, (v) folclórico e (vi) aventura e rural. No entanto, a maior parte das empresas do sector do turismo, nesta província operam na modalidade de sol e praia (AHTPI, 2023).

Por outro lado, dentro da modalidade do turismo de sol e praia, observa-se uma falta de diversificação na oferta de produtos turísticos. Dos inquéritos realizados na província de Inhambane, constatou-se que os serviços oferecidos pelas estâncias turísticas se

concentram no alojamento (46%) e na restauração (29%). No entanto, existem outros produtos e modalidades de turismo que os visitantes procuram, cuja oferta local é limitada (atracções turísticas e culturais, festivais, feiras e cinemas, parques de diversão e salas de conferências).

Há deficiências na promoção do destino turístico “província de Inhambane” e na diversificação de produtos turísticos. Não obstante o Governo ter implementado duas estratégias de *marketing* do turismo²⁷, como forma de promover o destino turístico Moçambique e a diversificação do produto turístico, tem-se observado uma tendência decrescente na proporção do orçamento do Estado canalizado para este sector, que reduziu de 0,5%, em 2010, para 0,2%, em 2019. Esta limitação orçamental, a nível central, tem-se repercutido a nível do Governo da província de Inhambane, em pelo menos duas vertentes:

- **Investimento na diversificação de produtos turísticos**

Além do litoral, onde se destaca o Parque Nacional de Bazaruto que abriga os *big five* marinhos, a província de Inhambane tem, também, potencialidades turísticas no interior, com destaque para a região de Zinave, que é das poucas regiões de Moçambique que abriga os famosos “*big five*” terrestres (leão, leopardo, rinocerote, elefante e búfalo) e a reserva de Pomene. O investimento no estabelecimento de um roteiro turístico Zinave-Vilankulo-Bazaruto, incluindo o melhoramento das vias de acesso, resultaria num produto turístico diversificado, que permitiria a interligação entre o turismo de sol e praia e outras modalidades de turismo, e desta forma, aumentaria o tempo de estadia dos turistas e os seus gastos, durante a sua visita à província.

- **Organização de festivais**

A província de Inhambane realiza, anualmente, pelo menos 10 festivais de diversas temáticas. Contudo, a irregularidade na calendarização dos festivais dificulta a planificação e, por conseguinte, a participação dos turistas internacionais, nos mesmos. Por outro lado, a qualidade dos eventos também constitui um desafio para a massificação dos festivais e a sua conversão num instrumento de atracção de turistas para a província de Inhambane.

²⁷ Sendo a primeira implementada entre 2006 e 2013, e a segunda, que começou em 2017 e ainda esta em vigor.

Uma melhor organização dos festivais pode ajudar a suavizar os efeitos da sazonalidade²⁸ e, ao mesmo tempo contribuir para a melhoria da competitividade do sector do turismo na província de Inhambane (Moçambique), à semelhança do que foi feito na Maurícia.

Experiência da Maurícia na diversificação de produtos turísticos

No âmbito da sua estratégia de diversificação do produto turístico, em 2016, a Maurícia implementou o “Mauritius 365”, um programa que visa contrabalançar os efeitos da sazonalidade no sector do turismo, através da realização de actividades diversas durante o período de Inverno (época de baixa procura por serviços turísticos naquele país insular). Como resultado, verificou-se, entre outros, o aumento médio de 30% no influxo de turistas internacionais, passando de uma média de 1.04 milhão, entre 2012 e 2015, para uma média de 1,35 milhão, entre 2016 e 2019.

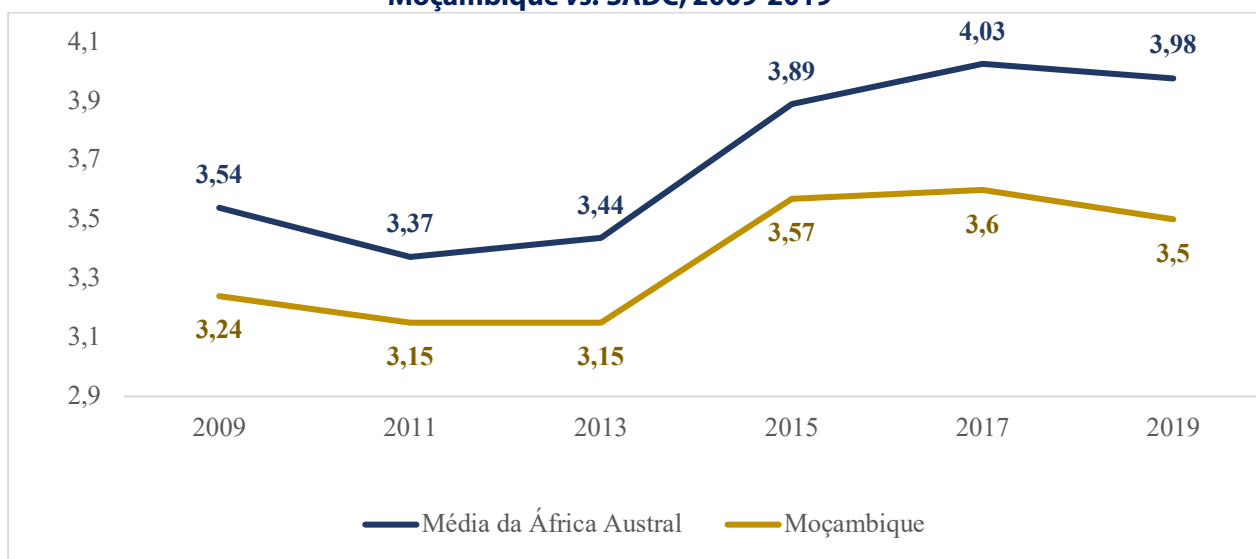
De entre as actividades realizadas, as mais salientes são: (i) eventos culturais e recreativos (festivais, competições desportivas e concursos de beleza, espectáculos musicais, exposições e atracções históricas); (ii) eventos corporativos como conferências; (iii) actividades aquáticas (pesca em alto mar e mergulho); e (iv) serviços de bem-estar, programas de condicionamento físico e caminhadas em trilhas naturais.

(iv) Baixa formação técnico-profissional dos trabalhadores do sector

A qualidade de serviços de turismo em Moçambique é das mais baixas da região da África Austral, com efeitos na qualidade dos serviços prestados. Entre 2011 e 2019, Moçambique obteve uma classificação média de 3,39, no subíndice de qualidade de recursos humanos e mercado de trabalho, uma componente do índice de competitividade global do turismo, sendo esta das mais baixas da região (3,73), ao lado de países como Lesoto (3,27), Eswatini (3,18) e Angola (2,87). Este baixo nível de formação, dos profissionais do sector do turismo, tem efeitos negativos na qualidade dos serviços prestados ao turista e na experiência destes nas suas visitas a Moçambique.

²⁸ A entrada de turistas, na província de Inhambane, oriundos da África do Sul é dominante nos meses de Abril (período da Páscoa) e Dezembro (celebração do Natal e passagem do ano). O influxo de turistas provenientes da Europa verifica-se no mês de Agosto.

**Índice de qualidade de recursos humanos e mercado de trabalho:
Moçambique vs. SADC, 2009-2019**



Fonte: WEF (2009 - 2019)

Anexo 10: Síntese das Intervenções da Audiência na Apresentação do Estudo

1. **As cadeias de hotéis não devem ser vistas como uma panaceia.** Estudos feitos no arquipélago de Zanzibar sugerem a emergência de graves problemas ambientais e de saúde pública decorrentes de turismo intensivo. Por exemplo, a combinação de elevadas descargas de águas residuais com a fraca gestão de resíduos, tem criado toda uma gama de infestações, com destaque para roedores e mosquitos, o que coloca a sustentabilidade do próprio turismo em questão. Tem-se, também, assistido a disputas pelos recursos hídricos entre os investidores e as comunidades locais. A sustentabilidade do turismo envolve, além da questão económica, as dimensões social e ambiental.
2. Um dos méritos das cadeias de hotéis é promover a formação dos recursos humanos a vários níveis. O outro é o facto de a maior parte da receita por elas gerada entrar no país destino turístico.
3. **A aposta em cadeias de hotéis deve ser acompanhada pela promoção de consumo e produção responsáveis.** Não se deve negligenciar os pequenos actores locais na cadeia de valor do turismo. Os pequenos empreendimentos turísticos geram efeito multiplicador.
4. Há necessidade de se apostar mais na educação ambiental das populações, sobretudo no que diz respeito ao tratamento a dar ao lixo. A língua inglesa deve, também, ser uma das apostas nos *curricula*, de modo a elevar-se, cada vez mais, a experiência do turista internacional.
5. **Há falhas no funcionamento do sistema de pagamentos.** Os turistas internacionais, portadores de cartões de débito e de crédito, como Mastercards, VISA e American Express, têm dificuldades de realizar transacções nos pontos de pagamentos juntos às estâncias turísticas de Inhambane. Neste sentido, há necessidade da intervenção do Banco de Moçambique para a rápida resolução deste problema.
6. **As falhas de funcionamento do sistema de pagamentos foram resolvidas.** Estas derivaram do processo de migração para uma nova plataforma única de pagamentos, a SIMO-rede, em parceria com a Euronet. A disponibilidade e operacionalidade do sistema de pagamentos, além da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO), gestora do sistema, envolve o Banco de Moçambique, os bancos comerciais, os provedores de cartões de débito e de crédito, bem assim os

de sistemas de telecomunicações, entre outros. Além destas questões técnicas, o funcionamento de meios de pagamentos requer uma certificação para o efeito. Os cartões da VISA e Mastercard funcionam sem constrangimentos na rede SIMO, desde que se concluiu o seu processo de certificação. Em breve, os cartões da American Express estarão também operacionais, assim que terminar o processo de certificação.

7. **O orçamento do Estado destinado ao *marketing* do destino turístico Moçambique é irrisório.** Comparando com alguns países da região Austral de África, Moçambique apresenta um baixo orçamento para o *marketing* do destino turístico, com cerca de USD 385 mil, enquanto Eswatini tem cerca de USD 2 milhões, Tanzânia cerca de USD 20 milhões, Zimbabwe USD 11 milhões e África do Sul USD 60 milhões.
8. **A atribuição de incentivos fiscais nas zonas francas de turismo deve ser condicionada à geração de emprego.** Uma das exigências que se deve fazer aos investidores das zonas francas, para o acesso aos incentivos fiscais, é que estes apostem na empregabilidade dos seus trabalhadores, através da aposta na formação, sobretudo de jovens.
9. **Moçambique deve definir sua própria estratégia do turismo.** A elaboração da estratégia de desenvolvimento do turismo do país não deve ser uma réplica das estratégias de países como a Namíbia, o Ruanda, o Zanzibar e outros destinos. É preciso incentivar a aderência do sector privado no investimento na diversificação do produto turístico, incluindo a componente de animação/entretenimento dos turistas. Mais, no processo de implementação da estratégia própria, deve-se primar por uma maior coordenação entre as várias instituições governamentais.
10. **O problema do turismo em Moçambique está na implementação dos planos estratégicos do sector.** Os planos estratégicos do sector do turismo no país estão bem definidos e com métricas específicas para o horizonte temporal definido. No entanto, a implementação dos mesmos continua deficitária. A baixa dotação orçamental pelo Estado, e com tendência de redução, concorre para o baixo nível de realizações do estipulado na estratégia do sector.
11. **O turismo, como um dos sectores prioritários do país, deve ser visto de forma concatenada com os outros sectores.** O turismo é considerado verdadeiramente uma prioridade do país, tal como os sectores da agricultura, indústria transformadora e extractiva. Devido à sua complementaridade, estes sectores prioritários devem ser vistos de forma articulada, e não numa perspectiva de *stand alone*. Se isso não acontecer, vai ser muito difícil ultrapassar os entraves enfrentados por este sector. A priorização deve ser acompanhada de acção e avaliação dos mesmos.

12. **Diversificação do produto turístico como factor desenvolvimento do turismo em Moçambique.** O país é rico, não apenas no turismo de sol, mar e praia, mas também no turismo de selva e cultural. Portanto, é necessário desenvolver, de forma combinada, estas três potencialidades turísticas.
13. **As infra-estruturas constituem o maior entrave ao desenvolvimento do sector do turismo.** Esta é uma questão que devia ser resolvida com urgência, dado que a existência de estradas em condições e estâncias turísticas com boa qualidade de serviços, tornará a indústria de turismo mais atractiva.
14. **A existência de entidades do sector do turismo não licenciadas para exercer a actividade cambial contribui para o baixo nível de captação de receitas.** Parte das perdas de receitas do turismo, aliadas à questão do baixo nível de gasto por turista internacional (USD 125), provêm da existência de algumas entidades do sector, como hotéis e agências de viagens, que exercem a actividade cambial, sem serem portadores de uma licença para o efeito. Assim, a resolução do problema do baixo nível de receita, captada no sector do turismo, passa necessariamente, pela institucionalização e profissionalização das entidades que realização transacções cambiais, em geral, e as casas de câmbio, em particular.
15. **O planeamento urbano constitui um dos entraves para a maximização do potencial turístico da província de Inhambane.** O ordenamento territorial é deficitário, mesmo em zonas consideradas como *prime*, sob ponto de vista de condições turísticas. Apesar do turismo ser considerado um sector prioritário, o planeamento urbano não é considerado nas estratégias de desenvolvimento do sector do turismo.
16. Nota-se diferenças de procedimentos de migração nas diversas fronteiras, o que prejudica a experiência dos turistas, tanto na entrada como na saída do país; e
17. Nota-se, também, muita informalidade no sector, particularmente através do uso de sistemas de Airbnb. Na praia do Tofo, por exemplo, existem várias pousadas ilegais, que não pagam impostos e que representa uma concorrência desleal.
18. **Deve-se eleger uma zona franca abarcando as áreas de Inhassoro, Vilankulo e Massinga.** A definição de uma zona franca pode ser uma alternativa para se dar foco aos esforços de investimento no sector do turismo. Assim, poderemos ter, pelo menos, um distrito ou uma região de Inhambane/Moçambique, que seja reconhecida como uma zona franca de turismo, onde o turismo acontece com dificuldades em relação a outros pontos do nosso país.

19. **A aplicação da taxa de turismo pode ser uma fonte alternativa de financiar o orçamento do turismo.** Uma aplicação bem-sucedida da taxa de turismo poderá ajudar a melhorar o *marketing* do turismo em Moçambique/Inhambane.
20. **Há necessidade de se rastrear a receita do turismo internacional.** Persistem deficiências no rastreio das receitas do turismo, derivado dos pagamentos realizados fora do Sistema Nacional de Pagamentos, o que limita a captação das receitas geradas pelo sector. Para fazer face a este problema, é preciso desenvolver a ligação entre as plataformas de pagamento electrónicos de serviços de turismo e os bancos comerciais do sistema financeiro nacional.
21. Deve-se pensar em algum mecanismo de obrigatoriedade para os turistas não trazerem determinados produtos, durante a sua entrada no país, de modo que os comprem nos destinos turísticos.
22. **Nota-se uma fraca absorção, pelo mercado, de graduados nas áreas de hotelaria e turismo derivada dos seguintes factores:**
- Fraca exposição dos formandos às aulas práticas, que lhes dê acesso à realidade da indústria;
 - Nem todos os alunos, com formação superior nesta área, têm abertura para iniciar a carreira, fazendo as tarefas mais simples como arrumar, limpar, servir, etc., dando preferência às funções de gestão;
 - O factor “personalidade”. As habilidades humanas como simpatia, dinamismo e relações públicas são elementos muito importantes para um profissional de turismo, mas que, no entanto, poucos graduados possuem; e
 - A maior parte das estâncias turísticas de Inhambane são pequenas, de dimensão familiar. Portanto, ao contrário das grandes cadeias de hotéis, absorvem pouca mão-de-obra.
23. **Há necessidade de uma maior coordenação institucional e entre os diferentes níveis de poder (central e local),** para garantir um ordenamento territorial, que se pretende ser ideal e necessário, de forma a facilitar o desenvolvimento do turismo e outros sectores afins.
24. **O sector privado deve investir mais no sector do turismo.** São necessários investimentos na área de entretenimento, de forma a se atrair mais turistas e aumentar o tempo da sua estadia, durante a sua visita à Inhambane/Moçambique.

Lista dos intervenientes

Nome	Instituição/cargo
Ana Mota	Gestora do Hotel Escola
Leigh David	Gestora e Sócia do Farol da Barra
Jeremias Manussa	Assessor da área de Turismo da Ministra da Cultura e Turismo
Sérgio Disque	Consultório Médico Esperança
Eugénio Farahane	Director-Geral do Hotel Casa do Capitão
Ernesto Gove	Antigo Governador do Banco de Moçambique
Celionessa da Conceição	Representante de Armindo Kakus Moçambique
Mamudo Mote	Presidente da Associação das Casas de Câmbio
Manuel Gameiro	Presidente do Conselho de Administração do Nedbank
Gustav Voiker	Wuyany Pariango
Salimo Valá	Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Moçambique
Sariel Nhabinde	Presidente da Comissão Executiva da Sociedade Interbancária de Moçambique
Joana Matsombe	Antiga Administradora do Banco de Moçambique
Castro Namuaca	Director Provincial de Economia e Finanças de Inhambane
Emídio Nhantumbo	Director Provincial da Cultura e Turismo de Inhambane

Anexo 11: Notas Finais do Debate

Das constatações e recomendações do estudo, combinadas com as intervenções dos participantes da sessão pública do 48.º CCBM, conclui-se que:

- Existem vários instrumentos de planificação e promoção do sector do turismo. Contudo, o nível de implementação continua abaixo do desejado. Neste âmbito, recomenda-se o melhoramento do mecanismo de verificação do grau de cumprimento dos planos e maior responsabilização das instituições gestoras do sector;
- O sector do turismo *per si* não será capaz de transpor os constrangimentos elencados para a maximização do potencial turístico da província de Inhambane, em particular, e de Moçambique, em geral. Portanto, os outros sectores devem apoiar em aspectos como infra-estruturas, legislação, regulamentação e fiscalização; e
- O debate não é conclusivo, pelo que se recomenda a continuação do mesmo, sob a liderança das autoridades responsáveis pelo sector.

